

ATA N.º 6/2022

ATA PRIMEIRA REUNIÃO
DA SESSÃO ORDINÁRIA DE DEZEMBRO DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 06 DE DEZEMBRO DE 2022:

Aos seis dias do mês de dezembro do ano dois mil e vinte e dois, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com a participação dos senhores Joaquim Raul Gregório Farto (PS), Inês Grandela Nunes Lourenço (GCEPP) e Mário Rui Santana Mamede (GCEPP), respetivamente Presidente, Primeiro Secretário e Segundo Secretário da Mesa, Teresa Cecília Batista Lopes (GCEPP), António Manuel Prioste Salvador (PSD), Pedro Henrique Lourenço Barata (PS) e Jorge Alberto Bombas Amador (CDU), respetivamente Presidentes das Juntas de Freguesias de Peniche, de Atouguia da Baleia, de Ferrel e da Serra d'El-Rei, e dos senhores Hugo José Santos Martins (GCEPP), Francisco Manuel Pinto da França Salvador (PSD), Francisco José de Abreu Lourenço (GCEPP), Nuno Rodrigo Sales Madeira (PSD), Anabela Correia Dias (PS), Susana Cristina Rosa Esperança (GCEPP), Ana Filipa Vala Fialho (PSD), Henrique André da Silva Estrelinha (PS), Jorge Manuel da Costa Batalha (GCEPP), Luís Fernando Mamede de Matos Almeida (PSD), Carlos Francisco Vala Chagas (PS), Vítor Rui Franco Agostinho (CDU), Margarida da Silva Martins (PSD), Carlos Miguel Cordeiro do Amaral Domingos (PS), José Monteiro Henriques Rocha (CDU), Dina do Rosário Constantino de Carvalho (CHEGA), António José Antunes Vieira (PSD) e João Manuel de Jesus Gomes (PS), reuniu-se, ordinariamente, a Assembleia Municipal de Peniche, para uma sessão ordinária, com a seguinte ordem de trabalhos:

1.º - Aprovação das atas das sessões anteriores.

2.º - Período de antes da ordem do dia.

1) Prestação de informações e/ou esclarecimentos sobre o expediente recebido;

2) Apresentação de moções, votos de louvor, congratulação, saudação, protesto ou pesar;

3) Apreciação de outros assuntos de interesse para o Município.

3.º - Período de intervenção do público.

4.º - Período da ordem do dia:

1) Apreciação da informação escrita do Presidente da Câmara, acerca da atividade do Município, bem como da situação financeira do mesmo;

2) Apreciação e votação da proposta de alteração do ponto 3 do artigo 36.º e conseqüente alteração da tabela anexa ao Regimento da Assembleia Municipal de Peniche - Tempos globais de intervenção, apresentada pelo Grupo da Coligação Democrática Unitária;

3) Apreciação e votação da proposta de introdução de um novo ponto no artigo 38.º do Regimento da Assembleia Municipal de Peniche, apresentada pelo Grupo da Coligação Democrática Unitária;

4) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a aprovação do protocolo de colaboração a realizar entre o Município de Peniche, a Secretaria-Geral da Administração Geral (SGAI) e a Guarda Nacional Republicana (GNR), com vista à celebração de contrato de cooperação interadministrativo para obras de construção das

novas instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Peniche – Pelouro do Contrato Local de Segurança;

5) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a alteração modificativa ao Orçamento da Receita, da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais, para o ano de 2022 (modificação 25);

6) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a Estrutura Orgânica do Município de Peniche e Regulamento de Organização dos Serviços;

7) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a quarta alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2022;

8) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a composição do júri do procedimento concursal para a Chefia da Subunidade de Finanças (SUF) – Cargo Dirigente Intermédio de 3.º Grau;

9) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a composição do júri do procedimento concursal para a Chefia da Subunidade de Obras Municipais (SOM) – Cargo Dirigente Intermédio de 3.º Grau;

10) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para a composição do júri do procedimento concursal para a Chefia da Subunidade de Desenvolvimento Social (SDS) – Cargo Dirigente Intermédio de 3.º Grau;

11) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o pagamento de despesas de representação ao Coordenador Municipal da Proteção Civil;

12) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para fixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), para o ano de 2023;

13) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal sobre a participação no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Peniche, relativamente aos rendimentos do ano de 2023;

14) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para lançamento de uma derrama, para o ano de 2023;

15) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), para o ano 2023;

16) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano do Município de Peniche, para o ano de 2023;

17) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os documentos previsionais do Município de Peniche, para o ano de 2023;

18) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2023;

19) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para as Grandes Opções do Plano dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2023;

20) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para os documentos previsionais dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2023;

21) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para o Mapa de Pessoal dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, para o ano de 2023;

22) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em

cada ano – Município de Peniche;

23) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para Autorização prévia para a assunção de compromissos plurianuais identificados em orçamento e autorização prévia genérica para assunção de outros compromissos plurianuais em que os encargos financeiros não excedam o limite de 99 759,58 euros em cada ano – Serviços Municipalizados de Água e Saneamento;

24) Apreciação e votação da proposta da Câmara Municipal para que os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento possam conceder apoio financeiro ao Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche;

5.º - Aprovação da minuta da ata.

A sessão foi aberta, pelo senhor Presidente da Mesa, eram vinte e uma horas e sete minutos, encontrando-se na sala os vinte e cinco membros que compõem a Assembleia Municipal de Peniche.

Os senhores António José Antunes Vieira (PSD) e João Manuel de Jesus Gomes (PS), encontravam-se a substituir os senhores Ana João dos Santos Lima (PSD) e Natália Susana Colaço Rocha (PS), respetivamente, que comunicaram a sua ausência, nos termos do n.º 2 do artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro.

Os senhores Carlos Alberto Reis Silva (PS) e Sandra Cristina Machado de Matos (PS) por serem os membros que se seguiam nas respetivas listas, também comunicaram a sua ausência.

A senhora Anabela Correia Dias (PS) saiu da reunião após a votação do ponto quatro da ordem do dia.

Assistiram à sessão o Presidente da Câmara, senhor Henrique Bertino Batista Antunes (GCEPP), em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 48.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, e os Vereadores, senhores Afonso Rosário Costa Clara (GCEPP), Filipe Maia de Matos Ferreira Sales (PSD), Ângelo Miguel Ferreira Marques (PS), Cristina Maria Luís Leitão (PSD), Ana Margarida Silva Batalha (PS) e Maria Clara Escudeiro Santana Abrantes (CDU).

A sessão foi secretariada pela Chefe da Divisão de Administração e Finanças, do Município de Peniche, Josselène Nunes Teodoro, coadjuvada pela Assistente Técnica, Marina Luísa Duarte Nunes Viola.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Decorrido um ano de mandato, aproveitou para manifestar a todos a sua gratidão pela boa companhia na construção diária do nosso concelho e, fundamentalmente, com a límpida consciência de que todos querem o melhor para as suas gentes, para a comunidade, para a sua terra, portanto, bem hajam.

APROVAÇÃO DE ATAS DE SESSÕES ANTERIORES

Foi presente a ata n.º 3/2022, respeitante à primeira reunião da sessão ordinária do mês de junho, realizada no dia 29 de junho de 2022, a ata n.º 4/2022, respeitante à segunda reunião da sessão ordinária do mês de junho, realizada no dia 08 de julho de 2022, e a ata n.º 5/2022, respeitante à sessão ordinária do mês de setembro, realizada no dia 30 de setembro de 2022, tendo sido dispensada a leitura das mesmas por os respetivos textos haverem sido previamente distribuídos pelos membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

Postas à discussão, não se registou qualquer intervenção.

Submetidas à votação, uma após outra, as atas em apreço, constataram-se os seguintes resultados:

Ata n.º 3/2022 – Aprovada, por unanimidade, com vinte e um votos a favor.

Ata n.º 4/2022 – Aprovada, por unanimidade, com dezassete votos a favor.

Ata n.º 5/2022 – Aprovada, por unanimidade, com vinte e dois votos a favor.

Apenas participaram na aprovação da ata os membros da Assembleia Municipal que estiveram presentes na reunião, observando o n.º 3 do artigo 34.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Fez referência ao esforço realizado pela colaboradora da Assembleia Municipal para manter as atas em dia.

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

PRESTAÇÃO DE INFORMAÇÕES E/OU ESCLARECIMENTOS SOBRE O EXPEDIENTE RECEBIDO:

A Primeira Secretária da Mesa, Inês Lourenço, deu conhecimento de que a Assembleia Municipal recebeu o seguinte expediente:

- Jornal “A Voz das Misericórdias”;
- Jornal “Associação Portuguesa de Deficientes”.

APRESENTAÇÃO DE MOÇÕES, VOTOS DE LOUVOR, CONGRATULAÇÃO, SAUDAÇÃO, PROTESTO OU PESAR:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Francisco Salvador (PSD):

“Desde o 25 de Abril de 74, um dos pilares básicos da democracia em Portugal foi outorgado ao Poder Local e está perfeitamente expresso na Constituição da República.

A proximidade do poder ao Povo manifesta-se na sua forma mais genuína através das autarquias.

Logo que definido este princípio, o Parlamento assumiu a preocupação em legislar criando as regras e condições para o eficaz exercício do poder através dos órgãos autárquicos estabelecendo as competências de quem deve deliberar e de quem deve executar.

De acordo com o estipulado na Lei 75/2013, e alterações posteriormente introduzidas no referido diploma, estão claramente definidas as competências da assembleia municipal e câmara municipal e demais órgãos autárquicos de freguesia.

A Lei claramente atribui à assembleia municipal o poder deliberativo e fiscalizador escrutinador da atividade da câmara municipal.

Sem dúvida alguma, esses poderes constituem o garante da lisura da atividade do executivo municipal. Mas para que isso aconteça, necessário se torna que sejam cumpridos todos os quesitos previstos na Lei, e imprescindível se torna que a câmara municipal faculte todas as informações e documentações requeridas para o normal exercício do poder fiscalizador da

Assembleia sobre a atividade do Executivo. Assim é expressamente referido na Lei 75/2013, nas suas alíneas a) e d) do número 2 do artigo 28.º.

Ora, infelizmente, tal nem sempre isso tem acontecido neste Município de Peniche, tal como é exemplo a total e completa ausência de resposta aos dois requerimentos apresentados pela bancada do Partido Social Democrata na passada reunião de 28 de setembro em que foram solicitados elementos relativos à Fortaleza de Peniche e Museu Nacional da Resistência e Liberdade, bem assim como da relação entre a Câmara Municipal e o tecido associativo do Concelho.

Face a essa atitude de inqualificável desrespeito pela Lei que fere a dignidade desta Assembleia, não podemos deixar de apresentar o mais veemente protesto.

Tem sido sistematicamente desvalorizado, por parte do Executivo, o escrutínio que compete à Assembleia e que poderia ter ajudado a evitar situações de incumprimento da Lei em inúmeros casos.

De referir que vai longe o tempo em que a autarquia de Peniche se pautava pelo estrito cumprimento das regras impostas pela Lei. Não é por mero acaso que estão em curso investigações e processos por parte do Tribunal de Contas à atividade de diversos funcionários e autarcas (deste e de outros mandatos anteriores) acusados por aquele Tribunal de cometerem ilegalidades ao votarem deliberações que alegadamente ferem a legislação em vigor.

Não podemos pactuar com este tipo de atitudes desrespeitadoras da soberania e dignidade desta Assembleia e iremos usar de todos os meios ao nosso alcance para repor a legalidade democrática nos Órgãos Autárquicos de Peniche recorrendo, se necessário for, às instâncias judiciais competentes.

Para já, ao abrigo do disposto na alínea f) do número 2 do artigo 28.º da Lei 75/2013, que estipula que compete à assembleia municipal “apreciar a recusa da prestação de quaisquer informações ou recusa de entrega de documentos por parte da câmara municipal”, solicitamos o agendamento na próxima reunião desta Assembleia de um ponto na Ordem de Trabalhos que, com base na referida alínea, tenha vista a normalização das relações entre os dois órgãos autárquicos. O Grupo do Partido Social Democrata.»

José Monteiro (CDU):

Apresentou, em nome da Bancada da Coligação Democrática Unitária, os seguintes votos de saudação:

Saudou a Sociedade Filarmónica União 1.º de Dezembro de 1902, pelos seus 120 anos. Uma Coletividade criada por gente da Vila de Atouguia da Baleia. Começaram por dar início à sua atividade musical, fundando a Banda Filarmónica, ainda hoje um ex-libris desta Coletividade e de Atouguia da Baleia, que ao logo dos anos soube manter-se viva e atuante continuamente.

Saudou o Atlético Clube de Geraldês pelos 71 anos de existência. Esta Coletividade começou pela prática do futebol, que terminou em finais do Século XX, embora continuando a manter os seus objetivos da promoção cultural dos seus associados, a prática de Educação Física, Desportiva e, também, ação recreativa e intelectual, dotada de um pavilhão que proporciona a prática desportiva, recreativa e cultural, promoção de festas, reuniões, encontros e, ainda, cedência do seu espaço para eventos.

Saudou o Sporting Clube da Estrada que comemorará o seu 75.º aniversário, no dia 17 de dezembro. Referiu que esta coletividade é de 1947, é uma das filiais do Sporting Clube de Portugal e destaca-se pelo futebol, Futsal e enumeras atividades de âmbito cultural, acolhimento a crianças do pré-escolar. Manteve ao longo dos anos um Parque

de Campismo em funcionamento, um dos seus suportes financeiros que com o contributo solidário da população que permitiram a melhoria das suas instalações com a construção do pavilhão e outras estruturas de apoio.

Hugo Martins (GCDPP):

Apresentou, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, o seguinte voto de congratulação:

«O Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche manifesta um orgulho enorme pelos feitos alcançados pelos nossos atletas nos últimos meses. Cidadãos da nossa terra que tem conseguido elevar o nome do concelho de Peniche mais alto. Sabemos que não somos propriamente um concelho rico e que ainda não temos as infraestruturas necessárias que permitam proporcionar condições de excelência, mas a verdade é que temos tido organizações, coletividades que com pouco têm feito muito. Esta capacidade de superação dos nossos atletas é um exemplo, muitos parabéns a todos.»

Henrique Estrelinha (PS):

Apresentou os seguintes votos de louvor:

- Ao atleta Santiago Batalha, natural de Peniche, que venceu o 14.º Portugal Júnior Internacional de Badminton, que decorreu no Centro de Alto Rendimento de Caldas da Rainha.

- Aos atletas Diogo Glória, natural de Peniche, sagrou-se Vice-Campeão Nacional singular sénior absoluto, nos dias 19 e 20 de novembro, e, também, o seu parceiro Fernando Silva, natural de Peniche, sagraram-se Vice-Campeões Nacionais.

- Ao ginasta Rodrigo Coelho pelos resultados alcançados no Campeonato do Mundo Pro grupo de idades, em duplo minitrampolim, que decorreu em Sophia, na Bulgária.

Apresentou um voto de pesar pelo falecimento do senhor Padre José Luís, natural de Peniche, que com 14 anos começou a trabalhar numa fábrica de conservas e depois de ser ordenado sacerdote foi Padre de muitas Paróquias da Região Oeste, e era uma pessoa muito querida do povo de Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que a Coligação Democrática Unitária se congratula com todos os votos apresentados, relativamente aos atletas do concelho de Peniche, no entanto, gostaria de destacar o ginasta Rodrigo Coelho, da Serrana - Associação Desportiva, Cultural e Recreativa da Serra d'El-Rei, porque, para além de ter ficado em sexto lugar no Campeonato do Mundo em Duplo Minitrampolim na Bulgária, teve também a promoção à categoria seguinte, ou seja, passou à categoria de Elite.

Deixou uma palavra de felicitação ao treinador, senhor Alexandre, que é trabalhador da Câmara Municipal de Peniche, e a todas as pessoas que fazem parte da secção.

Associou-se, naturalmente, aos votos do Santiago Batalha, do Diogo Glória, do Fernando Silva.

Associou-se, em nome da Coligação Democrática Unitária, ao voto de pesar ao senhor Padre José Luís que foi Padre de várias Paróquias, uma pessoa que tinha muitas coisas boas, era de Peniche de Cima, era da Freguesia da Ajuda, era do Sporting Clube de Portugal e era amigo de toda a gente. O Padre José Luís era caracterizado pela simpatia e pela forma muito cordial como tratava todas as pessoas. Considerando todo o trabalho

que fez nas Paróquias por onde passou, sugeriu que a Assembleia Municipal fizesse um minuto de silêncio.

Todos os presentes guardaram, de pé, um minuto de silêncio em memória do senhor Padre José Luís.

APRECIACÃO DE OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO:

A Assembleia passou à apreciação do ponto em apreço, tendo-se verificado as seguintes intervenções:

Francisco Salvador (PSD):

Entregou o requerimento, que leu, e que a seguir se transcreve:

«Os deputados da bancada do Partido Social Democrata, na competência que lhe é outorgada pela Lei, nomeadamente através do estipulado na alínea d) do número 2 do artigo 28º da Lei 75/2013, a fim de poderem escrutinar devidamente a atividade executiva da Câmara Municipal, vêm requerer a Vª Exª as diligências necessárias e eficazes para que a Câmara Municipal, no espaço legal de dez dias, dê resposta às seguintes questões relacionadas com a existência de contratos assinados com empresas de trabalho temporário.

- 1- Reportando a esta data, quantos contratos de prestação de serviços de trabalho temporário, estão em vigor no Município de Peniche;*
- 2- Quantos contratos de prestação de serviços de trabalho temporário foram estabelecidos no decurso do ano de 2022 pela Câmara Municipal de Peniche;*
- 3- Qual o valor dos contratos de prestação de serviços de trabalho temporário atualmente em vigor no Município de Peniche;*
- 4- Quantos agentes prestam serviço ao Município de Peniche ao abrigo de contratos de prestação de serviço de trabalho temporário;*
- 5- Quais as funções exercidas ao serviço do Município de Peniche por prestadores de trabalho temporário;*

Os deputados do Partido Social Democrata»

Hugo Martins (GCEPP):

Disse que:

Como tem sido hábito na Assembleia Municipal, o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche tem dado grande importância à construção do novo Hospital do Oeste. Finalmente, foi disponibilizado o relatório final do estudo da localização para o futuro Hospital, tendo sido analisadas nove potenciais localizações para a sua construção. Resumidamente, referiu que as possíveis localizações foram hierarquizadas, tendo em conta quatro critérios: Primeiro - tempo médio de deslocação; Segundo - proporção da população menos de 30 minutos; Terceiro - distância média; Quarto - maturidade técnica do terreno. Com base nesta classificação aparece como primeira opção o Bombarral, mais concretamente na Quinta do Falcão, junto à A8 e à Linha Ferroviária, aliás, esta opção teve nove pontos em dez possíveis, a segunda opção foi Torres Vedras C, mais de dezassete hectares, junto ao nó de Campelos, na A8, e a terceira opção ficou Bombarral F, junto à saída Norte no Bombarral, na A8. Disse, ainda, que, segundo o estudo, é por esta ordem as melhores soluções, que asseguram o maior número de residentes a menos de 30 minutos do futuro Hospital, promovendo uma resposta mais atempada em cuidados de saúde urgentes. O Estudo diz também que caberia ao decisor a ponderação dos

diferentes critérios envolvidos na escolha da localização, no entanto, os autores sublinham que na perspetiva multicritério utilizada, a solução Bombarral junto à A8 e à Linha Ferroviária surge invariavelmente como a opção mais favorável. Tendo em conta que o Município de Peniche faz parte da OesteCim e a nossa população irá beneficiar daquelas futuras instalações, perguntou ao senhor Presidente da Câmara o que tinha a dizer sobre estas conclusões.

Por razões profissionais não teve a oportunidade de estar presente na apresentação pública denominada “Construir um Futuro Azul”, que teve como objetivo a apresentação do Polo de Peniche do Hub Azul e do projeto do edifício Smart Ocean. Adiantou que sendo o Parque de Ciência e Tecnologia um projeto estrutural para o país e para o concelho de Peniche, este pode ser uma das grandes oportunidades para termos um concelho mais desenvolvido, que permita fixar os nossos jovens, no fundo, que permitam sonhar. Indicou que existe uma grande preocupação na ligação entre o conhecimento científico e as empresas, o que nem sempre tem acontecido em Portugal. Confessou que ficou ainda mais entusiasmado depois de ver a apresentação. Destacou o facto de ser uma candidatura financiada a 100% pelos fundos comunitários. Acrescentou que nunca era demais dar os parabéns a todos os parceiros envolvidos.

Em relação ao novo Centro Cívico, ao fim de muitos anos de expectativa e depois de recorrer, e muito bem, aos fundos comunitários, parece que a inauguração do novo Centro Cívico está para breve. Perguntou ao senhor Presidente da Câmara se poderia avançar com uma data para a abertura deste espaço, uma vez que são muitas vezes questionados na rua sobre este assunto.

Relativamente aos transportes públicos, o que mais importa para as pessoas é o preço dos bilhetes e os horários dos autocarros, no entanto, o trabalho que tem vindo a ser feito na requalificação do Terminal Rodoviário de Peniche é muito importante, quer para os habitantes do concelho como para quem nos visita. Perguntou se este trabalho seria para continuar.

Todos têm estado atentos ao que se passa no país e no mundo e a conferência da Organização das Nações Unidas sobre mudanças climáticas, que aconteceu em Charm el-Cheik, no Egito, designada de COP27, é mais um alerta para a necessidade da união de esforços entre países, mas ao mesmo tempo permite perceber que devem, desde já, fazer a sua parte e nesse sentido foi bom ver que o Município de Peniche, para além de já estar a tomar medidas, que referiu na sessão anterior da Assembleia Municipal, está em fase de elaboração um Plano de Adaptação às Alterações Climáticas tal como os outros municípios da Região Oeste. Concluiu dizendo que está em curso uma iniciativa muito importante, ao depositar garrafas de plástico intactas e com rótulo legível nas máquinas que se encontram na Cantina do Centro Social do Pessoal da Câmara Municipal de Peniche e na Escola Secundária de Peniche obtém-se um desconto no passe de transporte rodoviário da Região Oeste. Expressou que este é um tema que vão querer abordar ao longo do tempo devido à sua importância.

A homenagem ao Professor Nuno Bello foi um momento simples, mas marcante, um reconhecimento justo a alguém que fez muito pela Educação e pelo Desporto de Peniche.

Vítor Agostinho (CDU):

Relativamente ao Associativismo, em nome da Bancada da CDU, fez as seguintes questões:

1 - Qual o ponto de situação dos apoios referentes a 2022 que estão ainda em falta. Disse que facilmente se compreende que as Associações vivem e continuam a viver tempos difíceis.

2 - Com que apoios poderiam contar para 2023, com o intuito de se proceder a uma justa orçamentação e planeamento de atividades. Referiu que sem estas informações, ao qual acresce o custo de vida e de energia, como poderão sobreviver as Associações do concelho de Peniche. Crê que deve ser objeto de maior atenção e apoio o papel dos dirigentes associativos, os quais na sua maioria são voluntários.

3 - Solicitou um ponto de situação relativo à prometida devolução do IMI às Associações.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Lamentava não terem conseguido responder aos requerimentos do PSD, mas sobre a Fortaleza, como é um Organismo do Estado está isento de apresentação de projeto à Câmara Municipal, mas a resposta será prestada tecnicamente. Quanto à questão das Associações, indicou que obteve a informação no dia anterior e que o seu despacho foi no sentido de dar conhecimento ao Grupo do PSD, mas também aos senhores Deputados e Vereadores.

Sobre o requerimento entregue hoje, muito em breve estariam em condições de responder às questões colocadas.

Em relação à questão do Hospital, teve o grato prazer de ter estado presente na apresentação da última parte do estudo que foi elaborado pela Universidade Nova, e que teve a participação do Centro Hospitalar do Oeste, da Administração Regional de Saúde e da OesteCim. Reconheceu que ficou surpreendido e agradado pela positiva, porque numa reunião privada, o senhor Ministro fez muitas referências ao estudo e, no que diz respeito à Saúde, foram-lhe colocadas questões sobre a falta de médicos na zona Oeste, na generalidade dos concelhos, e foi assumido pelo senhor Ministro que até finais de março pretendia ter o programa elaborado, no sentido de ter condições para decidir até finais de setembro a construção do Hospital, e isto foi reafirmado na comunicação social, inclusive um dos jornalistas presente perguntou o senhor Ministro quem iria decidir onde ficaria o Hospital e a resposta foi que a decisão seria do Governo. Indicou que esta é uma questão do passado que acabou por se arrastar no Oeste, porque os Presidentes de Câmara nunca chegaram a acordo e, talvez, nunca chegassem a acordo por unanimidade relativamente à localização do novo Hospital, e o senhor Ministro, na sua opinião, bem, resolveu, de uma penada, esta situação, mas irão aguardar, até porque, na mesma reunião, previram que iriam voltar a reunir com o senhor Ministro. Disse, ainda, que, numa das últimas reuniões de Câmara, combinaram marcar uma reunião com a Comissão da Saúde para avaliar aquilo que querem em relação ao Hospital de Peniche, que será o caderno reivindicativo para, atempadamente, poderem dar o seu contributo para o antes e o depois do novo Hospital, porque é preciso um bom Hospital na Região, com bons profissionais e, naturalmente, acessível, independentemente de a primeira localização, em termos de estudo, prever que seja na saída Sul da A8, e o que defendem é que deve ser, rapidamente, tomada a decisão e que se inicie a sua construção e acham que podem estar reunidas as condições para ultrapassar os tempos que inicialmente estavam previstos.

Em relação a outras questões, teria de as discutir, mas prevê que em janeiro o possam fazer.

A intervenção que está a ser feita no Entreposto Rodoviário é para continuar, tem várias fases, numa primeira fase fizeram-se alguns melhoramentos que são para continuar, nomeadamente na sua envolvente, uma alteração na entrada e, internamente, estão também previstos alguns melhoramentos.

Um conjunto de apoios, nomeadamente os que estão previstos em termos de protocolo, a algumas atividades serão processados ainda este mês, como está previsto no Regulamento, nomeadamente aos Ranchos, às Bandas e a alguns Grupos de Música.

Sobre as questões do Associativismo, internamente, estiveram há pouco tempo a debater esta situação, reconhecem algumas das dificuldades, a necessidade de rever o Regulamento dos Apoios ao Associativismo e vão reforçar uma das lacunas que detetaram e que tem que ver com a insuficiência e recursos nesta área, portanto, a equipa será reforçada para procurarem encontrar soluções atempadas, porque também os incomoda esta situação.

Em relação à prometida devolução do IMI, preveem que, em janeiro, possam apresentar a proposta, que tem de ser estudada, pois não é um assunto fácil de resolver. Referiu que se trata de um tema exigente e por isso não o conseguiram apresentar no mês de dezembro.

Vereadora Ana Batalha (PS):

Disse que, em relação ao Centro Cívico - Central Elétrica, a data de conclusão da obra, naquilo que está previsto na candidatura em termos de execução, era 30 de novembro de 2022, mas, há uns meses a esta parte, têm vindo a trabalhar no sentido de adequar muitas condições que a obra, pelos anos que tem, não teve em consideração, nomeadamente, aquilo que tem a ver com o Auditório. Referiu que foi feita uma nova avaliação ao Auditório, no que diz respeito à acústica, e chegou-se à conclusão de que os equipamentos previstos no plano de obra não estavam ajustados, nem adequados àquilo que pretendem que aconteça e poder acolher espetáculos de qualidade ou qualquer tipo de eventos de expressões, desde espetáculos musicais, teatro, dança, apresentações de livros, congressos e outros. Adiantou que neste momento, após a conclusão e entrega da obra haverá ainda a fiscalização de tudo o que está previsto e que ainda não aconteceu, após a obra ser considerada concluída, naquilo que está previsto, pelos técnicos que estão a acompanhar, avançaram para o concurso de aquisição, quer dos equipamentos que serão necessários, quer de mobiliário, e apontam a sua inauguração para uma data que se situa no mês de julho de 2023. Acrescentou que está a ser trabalhado tudo o que tem que ver com a imagem e a comunicação do que se pretende para este equipamento que será um elemento importante para o desenvolvimento Cultural e Social no nosso território. Deu conta que já falou com o senhor Presidente da Assembleia Municipal que teriam todo o interesse em promover uma visita ao espaço com todos os senhores Deputados da Assembleia Municipal para poderem ver todas as áreas e aquilo que está previsto acontecer. Deixou o convite para, logo que a obra esteja oficialmente entregue nesta fase, puderem fazer a visita. Adiantou que, no dia 10 de julho de 2023, fará a Central Elétrica 93 anos, foi em 1930 que deu pela primeira vez à luz e pensam que poderia ser uma data importante e simbólica para assinalar a inauguração.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que:

Gostaria de saber qual o ponto de situação do PDM, o cronograma e eventuais consequências pelo atraso na sua aprovação.

Não existe nenhuma solução para a iluminação pública, o que existe é muito candeeiro desligado por metro quadrado e a Câmara Municipal tem de encontrar uma solução.

Gostaria de solicitar, em nome do Grupo da CDU, uma informação sobre o cronograma da obra de recuperação da Fortaleza de Peniche e do Museu da Resistência e, também, um cronograma sobre o que está previsto em termos de execução da recuperação da Muralha da Fortaleza.

Relativamente ao Hospital, estão preocupados em saber quando ele iria abrir, porque pelo menos dez anos vão ser precisos para tratar de todo o processo e até lá é necessário investir no Hospital de Peniche. Disse, ainda, que a população de Peniche precisa, neste momento, de médicos de família.

Recebeu hoje a informação sobre o pessoal, que agradeceu.

Há pouco, recebeu uma fotografia em que mostra a mesa por completo, o Grupo do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, o Grupo do Partido Social Democrata, o Grupo do Partido Socialista tem direito a duas pessoas e do Grupo da Coligação Democrática Unitária apenas se vê ele próprio e, na sua opinião, na época em que se vive esta situação não fazia sentido, há equipamentos que resolvem este problema e todos os eleitos tem o direito de aparecer na imagem.

Francisco Lourenço (GCEPP):

Disse que a preocupação de toda a população do nosso país e, em particular, do nosso concelho com o crescente aumento da inflação e de uma crise que se avizinha a curto prazo, porque não se vê aproximar o fim da guerra, nem melhorias a nível económico, que irá afetar claramente os mais carenciados e a Assembleia Municipal tem obrigações, no sentido de procurar que o Município faça o que está ao seu alcance, com os recursos que tem, para dar mais condições dignas à nossa população. Referiu que a Estratégia Local de Habitação é um instrumento, uma política que encapotou junto do Governo Central com cerca de trinta milhões de euros para investir, quer na habitação social, quer na habitação para os jovens e gostaria de saber qual o ponto de situação a este nível, porque sabem que as obras não se fazem de um dia para o outro, e qual o ponto de situação do apoio ao arrendamento.

Enalteceu o trabalho que tem estado a ser feito ao nível da vacinação para a Covid-19. Disse que, na sua opinião, o local que encontraram foi uma solução mais digna do que as anteriores, com facilidade de estacionamento e numa zona central.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação à Central Elétrica, Peniche terá alguns problemas com aquele edifício, pois não se poderiam esquecer que ele esteve abandonado ao sol, à chuva, ao vento e às humidades durante demasiados anos, provavelmente, a solução encontrada pode não ter sido a melhor. Referiu que o edifício é bonito, é interessante e irá potenciar muitas atividades, mas, provavelmente, será muito exigente em termos de equipamentos para o manter.

Sobre o PDM, uma parte significativa das questões mais sensíveis estão consensualizadas. Referiu que pretendia, na próxima reunião de Câmara, consensualizar uma data para se discutir o PDM ainda durante este mês, que terá de ser numa reunião de Câmara pública. Deu conta que foi solicitado o agendamento de uma reunião à CCDR e pretendem reunir com a Comissão de Acompanhamento do PDM em janeiro.

Relativamente à questão da iluminação pública, estão com alguns problemas de acompanhamento. Indicou que está a na reta final o procedimento para contratar um Engenheiro Eletrotécnico, espera conseguir contratar ainda no decorrer deste mês ou no início do mês de janeiro de 2023, para liderar esta área e outras áreas que nunca foram lideradas no passado, como é o caso de uma lacuna que detetaram e que tiveram de resolver com algumas dificuldades, a nível político, mas que entende terem de ser resolvidas tecnicamente, e falava de transportes públicos e na mobilidade.

Quanto ao cronograma para a Fortaleza e Museu da Resistência, poderiam remeter para o Ministério da Cultura ou para a Secretaria de Estado da Cultura todos os pedidos de informação, porque a Fortaleza foi entregue ao Ministério da Cultura. Adiantou que, em outubro de 2017, foi surpreendido quando lhe disseram que teriam de retirar todo o acervo que se encontrava na Fortaleza, e a primeira reunião que teve com o senhor Ministro da Cultura que ficou admirado com a reação. Acrescentou que as intervenções/obras na Fortaleza e no Museu Nacional são da responsabilidade do Governo e se os membros da Assembleia Municipal entenderem colocar as questões, as mesmas serão remetidas para o Governo.

Em relação ao Hospital, que estava mais otimista e acha que, independentemente dos ataques que o senhor Ministro tem sofrido diariamente, é um Ministro que tem capacidade de resposta. Referiu que, neste momento, um dos problemas que a população tem é a falta de médicos de família, mas que teve que ver com a política deste país de sucessivos Governos que não acautelaram em tempo devido que aparecessem mais médicos formados, e o senhor Ministro assume que durante quatro ou cinco anos, pelo menos, o país terá este problema e todos teriam de se consciencializar e procurar tomar medidas, como a Câmara Municipal está a fazer, para minorar o efeito desta situação. Indicou que se deve elevar os salários dos médicos e premiar os profissionais de Saúde, mas aquilo que se tem vindo a perceber é que há profissionais em número insuficiente, desde logo médicos e em algumas especialidades é escandaloso, a falta de resposta que o país tem, nomeadamente, em relação aos doentes oncológicos é uma vergonha e provavelmente irá agravar-se.

Sobre os médicos de família, estão a ser tomadas algumas medidas.

A Estratégia Local de Habitação está a ser trabalhada, a Câmara Municipal deliberou adquirir um terreno perto das Piscinas Municipais, está a ser tratado o processo de loteamento para avançar, rapidamente, para a contratação de dois projetos de execução para construção de mais habitação, como está previsto na Estratégia Local de Habitação que foi aprovada. Adiantou que aguardam, da parte do Governo, a entrega das casas que foram acordadas através da descentralização de competências e, com estas duas medidas, pensa que a médio prazo Peniche possa, em certa medida, resolver uma grande parte dos problemas que algumas famílias com fracos recursos têm.

O Apoio ao Arrendamento é um apoio que a Câmara Municipal disponibiliza com um esforço significativo e que, no ano 2022, representará mais de sessenta mil euros, mas é uma opção política que ajuda muitas das famílias e que complementa muitas das insuficiências que existem, em termos de habitação, e que têm agravado nos últimos

tempos. Expressou que este apoio contempla pessoas que habitam em casas arrendadas e que devem provar com o recibo, porque, infelizmente, alguns não se conseguem ajudar porque pagam renda e não têm recibo.

Relativamente à vacinação, o Posto de Vacinação da Covid-19 irá decorrer até final de dezembro no Lar de Santa Maria, no entanto, o ACES Norte já comunicou que depois voltaria à normalidade, ou seja, nos Postos dos Centros de Saúde.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que, relativamente à iluminação pública, nada tinha contra a contratação de um Engenheiro, é uma opção, aquilo que quer é que a Câmara Municipal diga como se resolve o problema no imediato, porque todas as freguesias têm problemas com os LED's, pois avariam com muita facilidade e depois ficam semanas, meses a piscar.

Sobre a Fortaleza, referiu que a relação entre o Município e o Governo Português relativamente à Fortaleza de Peniche, ao Museu da Resistência está protocolada, deve cumprir-se o protocolo, e está escrito que o Governo tem de prestar informações ao Município. Adiantou que o que querem saber é qual a evolução da obra quanto tempo ainda tem de obra e como é com as Muralhas da Fortaleza de Peniche, porque a sua intervenção, também, faz parte do protocolo.

Susana Esperança (GCEPP):

Disse que:

Iria aproveitar a informação prestada pelo senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, sobre o posicionamento das câmaras, ficou a saber que o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche está em destaque o que a deixa um pouco mais nervosa, mas, por outro lado, também ficou a saber que algumas das expressões faciais e de gozo estão a ser filmadas, que é ótimo, porque assim pode ser que o nível da Assembleia Municipal se comece a elevar.

A Educação é um tema que, na sua opinião, é muito importante e tem de ser debatido. Lamentou que, na última Assembleia Municipal, a senhora Deputada Dina Carvalho, representante do Chega, tenha escolhido um momento pouco oportuno, porque teria gostado muito de a ter ouvido. Fez o desafio para que a mesma aproveitasse este tempo para expressar a opinião que na sessão anterior lhe foi cortada. Adiantou que a sua abordagem seria no âmbito da revisão da Carta Educativa, pelo que fez uma breve apresentação sobre este assunto: *"A Carta Educativa é a nível municipal, um instrumento de planeamento e ordenamento, perspetivo de edifícios e equipamentos e formação que seja necessária satisfazer, tendo em vista a melhor utilização dos recursos educativos no quadro do desenvolvimento demográfico e socioeconómico de cada município"*. Neste sentido, uma vez que está prevista uma Assembleia Municipal temática para apresentação da mesma, solicitou à senhora Vereadora Ana Batalha, com o Pelouro da Educação, que explicasse, em linhas gerais, como foi conduzido o processo, mencionado de que forma a comunidade educativa foi convidada a participar, que respostas houve dessa solicitação e, na opinião da autarquia, se as estratégias delineadas serão suficientes para melhorar a intervenção nas escolas e a Educação do Município em termos gerais.

Henrique Estrelinha (PS):

Disse que:

Em termos de segurança rodoviária, relacionada com o IP6, depois de muitos anos de espera, em 2001 conseguiu-se, felizmente, dar início à construção desta via que,

atualmente, é a principal via rodoviária de entrada e saída do concelho, mas após todos estes anos a circulação rodoviária aumentou muito e a verdade é que, entre o nó de Atouguia da Baleia e da Serra d'El-Rei há uma necessidade de alargar aquela via pelo que, na sua opinião, está na altura de, junto das Infraestruturas de Portugal e do Ministério de Infraestruturas, se pressionar para se iniciar um processo de estudo para duplicação da via entre estes dois nós. Referiu que, na altura, alguns já queriam esta via duplicada, mas se não aceitassem o que veio não teríamos nada até hoje. Acrescentou que era preciso estudar a criação de um nó em Porto de Lobos, uma vez que aquela rotunda tem sido alvo de muitos acidentes.

Relativamente à apresentação do anuário financeiro das Autarquias de 2021 elaborado pela Ordem de Contabilistas certificados, há aspetos relevantes no documento relativos a todos os Municípios. No que aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento diz respeito, mencionou que se poderia provar que existe uma boa gestão desde há muitos anos, no entanto, em relação ao Município de Peniche existem algumas preocupações, nomeadamente com a diferença negativa entre o valor de amortização de empréstimos e o valor dos novos empréstimos, o que coloca o Município de Peniche na tabela dos municípios com mais diferença, portanto, entre 2020 e 2021 há uma diferença negativa de seiscentos e vinte e sete mil euros para um valor negativo de um milhão seiscentos e trinta e nove mil euros, ou seja, há uma maior contração de empréstimos do que amortização, que contribui negativamente para o aumento daquilo que é a dívida pública e diminui a capacidade do município de fazer outros investimentos. Acrescentou que isto é um aspeto preocupante e devem ser encontradas algumas soluções para evitar que a situação piore. Um outro aspeto mencionado no anuário tem que ver com a despesa com o pessoal, que foi ultrapassado em 40%, sendo que a média nacional é 29%, e Peniche está nos trinta municípios em que o peso da despesa com o pessoal é maior. Referiu que é preocupante, porque mais uma vez prejudica aquilo que é o normal desenvolvimento da atividade camarária. Indicou que isto vinha ao encontro daquilo que referiu na sessão da Assembleia Municipal de abril, quando foram apresentadas as contas do ano 2021, em que existia uma situação da Câmara Municipal de tendência negativa desde 2019, e que o resultado líquido de 2021 já era negativo. Mencionou que era urgente procurar soluções para evitar que este défice aumente e que seja encontrado um equilíbrio nas contas do Município para que não se coloquem em causa alguns investimentos necessários e que o senhor Presidente da Câmara, e bem, defende para o nosso município.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

A Carta Educativa foi iniciada no mandato passado, inicialmente, ele em particular, desejava que fosse uma estratégia muito partilhada com todos, não só com as escolas, mas também com a comunidade do município, com todos os que se quisessem envolver, mas infelizmente não conseguiram e, numa fase tardia, acabaram por contratar uma empresa. Referiu no mandato passado que o facto de a Carta Educativa atravessar dois mandatos poderia ser positivo, porque, à partida, teria dois olhares diferentes das pessoas responsáveis pelo Setor da Educação. Disse, ainda, que não sendo aquilo que ambicionava e que achava, de forma sonhadora, que poderiam fazer como já referiu, tem sido feito um grande esforço da parte da empresa, da senhora Vereadora Ana Batalha e, na parte final, do senhor Vereador Mark Ministro para que se conclua a Carta Educativa. Adiantou que, a questão do programa, que é estruturante para o concelho, pode ser, na

sua opinião, alterada permanentemente, ou seja, podem estipular a elaboração de uma Carta Educativa e no ano seguinte, se o entenderem, podem aprofundá-la e melhorar substancialmente aquilo que deve ser a intervenção dos órgãos autárquicos naquilo que compete ao Município, porque há partes da Educação que não compete.

Vereadora Ana Batalha (PS):

Disse que:

Em relação à revisão da Carta Educativa e como já foi mencionado pelo senhor Presidente da Câmara, este processo iniciou-se o ano passado, no mandato anterior, com a Consultora Quaternaire que procedeu a um conjunto de reuniões com todos os agentes educativos, Direções dos Agrupamentos, grupos disciplinares, professores, encarregados de educação, e foi feito um primeiro levantamento, porque, como a senhora Deputada Susana Esperança referiu, e bem, a Carta Educativa parte de um diagnóstico. Indicou que o diagnóstico foi iniciado e com o novo executivo teve a oportunidade de ver o que estava feito e foi necessário proceder e solicitar à consultora que fizesse um levantamento com todos os indicadores necessários. Adiantou que o diagnóstico, depois de concluído, naquilo que se relaciona com a parte demográfica, económica e social, o ponto de situação em relação aos equipamentos, às escolas, a toda a rede educativa, às carências, a todas as intervenções que durante a Carta Educativa, ainda em vigor, de 2008 até ao momento, tudo o que tinha sido ou não concretizado e a necessidade de alterar num contexto que também se alterou, quer o económico, o social, o demográfico que hoje é diferente de à dez anos atrás, quer o próprio conceito de escola e de educação e isto fez com que houvesse a necessidade de se fazer a revisão nesta perspetiva. Referiu que foi feita uma apresentação pública do diagnóstico, em maio, na Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, houve um período de auscultação pública e de receção de propostas no sentido de obter contributos, receberam muitas propostas das Direções dos Agrupamentos, de professores e de encarregados de educação, foi bastante participada, que foram integrados e trabalhados pela consultora naquilo que seria a proposta de revisão da Carta Educativa, no que diz respeito ao reordenamento da rede, as necessidades de reabilitar ou de cancelar escolas para construir ou ampliar, tendo em conta a Carta Educativa atualmente, e foi também preparado o Plano Estratégico Educativo Municipal, hoje as Cartas Educativas já não se resumem apenas a propostas de equipamentos de edifícios, colocam-se outras questões, tais como, que educação se quer para o nosso concelho, que formação, adequando isto àquilo que é a estratégia do Município. Expressou que se deve encarar a Carta Educativa como um instrumento dinâmico que, em função do contexto e tendo em conta que tem uma duração de 10 anos, deve ser sistematicamente monitorizado e enquadrado. Deu conta que a proposta de revisão foi apresentada em reunião de Câmara, foi presente ao Conselho Municipal de Educação, por ser o órgão que dá parecer vinculativo, que foi favorável por maioria, com uma abstenção. Relembrou que no Conselho Municipal da Educação estão representadas todas as entidades, órgãos e agrupamentos e aquilo que foi apresentado foi, por todos, considerado que é uma necessidade premente, face ao atraso que temos naquilo que são as condições das nossas escolas, tendo em conta que a única escola que podem dizer que as tem atualmente é o Centro Escolar de Atouguia da Baleia que foi inaugurado há cerca de dois anos, há escolas que são consideradas de intervenção prioritária pelo próprio Ministério da Educação. Referiu que, após o parecer vinculativo do Conselho Municipal da Educação, foi enviado para a DGESTE - Direção Geral dos Estabelecimentos Escolares

que tem trinta dias para validar e se pronunciar e, por fim, remeter à Assembleia Municipal para aprovação. Mencionou que esta é uma Carta Educativa muito ambiciosa, mas é a necessária para se tentar recuperar algumas oportunidades que, na altura, não foram aproveitadas na construção de equipamentos adequados. Referiu que as Escolas do 1.º Ciclo são centenárias, algumas podem ter sido intervencionadas, mas não são adequadas para aquilo que é hoje a educação a tempo inteiro, não correspondem às necessidades atuais, nomeadamente de conforto e de segurança, as crianças hoje têm de ter áreas de aprendizagem completamente diferentes, espaços diferentes, tem de ter biblioteca, ginásio, refeitório em condições, e todos têm de acreditar, exigir e defender. Acrescentou que uma criança, numa escola a tempo inteiro, não pode entrar às oito horas e estar na mesma sala até às dezanove horas, se tiver o prolongamento de horário.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Gostaria de saber se o Regimento era para cumprir ou não, porque o tempo que a Câmara Municipal tem disponível, e como todos sabem discorda desta política dos tempos, no entanto, os tempos são para cumprir e não foram largamente cumpridos. Referiu que o senhor Presidente da Mesa tinha de dirigir os trabalhos de acordo com o Regimento da Assembleia Municipal. Insistiu que foi contra a instituição dos tempos, mas se estão instituídos têm de ser respeitados.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse que o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, tinha razão, no entanto, as questões colocadas ao executivo devem ser respondidas conforme solicitado pelos membros da Assembleia Municipal.

Solicitou alguma contenção no alongamento do discurso e de esclarecimento.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação ao IP6, estava completamente de acordo, vão iniciar esse processo do alargamento para duas faixas, que será exigente.

Esteve muito recentemente a falar com o responsável por esta área e vão promover algumas alterações na rotunda de Porto de Lobos.

Relativamente à avaliação do anuário, nunca concordou com as críticas que às vezes se fazem sem fundamento, em relação ao endividamento de algumas Câmaras, crítica o endividamento de outras Câmaras. Referiu que, hoje, todos os Municípios estavam a pagar um pouco por isso, a partir do momento em que foi estabelecido o plafonamento do endividamento limita-se o investimento. Adiantou que poderia analisar ponto por ponto, e as questões que o anuário faz referência, mas no caso concreto que faz referência negativa é exatamente quando a dívida tem de ser feita, porque é a dívida do investimento, é a dívida das candidaturas. Indicou que é impensável um concelho com as dificuldades financeiras que Peniche não tivesse de recorrer ao crédito, mas ele é controlado e facilmente pago. Disse, ainda, que o problema da Câmara Municipal de Peniche não é o endividamento, nem sequer a questão da capacidade de endividamento, a Câmara Municipal de Peniche tem, neste momento, um plafonamento de sete milhões e meio que tem de ser bem gerido e agir no tempo certo, pois não vão deixar de propor um empréstimo para avançar com a primeira unidade operativa da zona industrial de Vale do Grou no ano que vem, porque se estiverem há espera vão esperar sentados.

Referiu que teriam de assumir várias coisas, primeiro, fazer receita, tomar medidas de gestão que sejam as corretas e houve muito receio nas decisões, em relação ao Parque de Campismo, mas o que entendem e continuam a dizer é que foi das medidas mais corretas que tomaram até hoje.

Relativamente ao número de trabalhadores, estão a ajustar-se e, atualmente, a Área da Educação é muito exigente e não querem deixar de contratar pessoas e têm mais de duzentos trabalhadores, mas vão cortar nesta área, deixar de fazer prolongamento de horários, deixar de tomar as medidas que sempre defenderam no concelho para melhorar o serviços às crianças nas escolas, nem pensar. Referiu que todos tinham de ter a noção, por setor, o que existe, o que existe a mais e onde podem fazer contenção, mesmo sabendo que pode fazer falta, agora, não abdicam de contratar técnicos para as áreas que entendem precisar. Adiantou que a aposta no Mapa de Pessoal é continuar a “arrumar a casa”, reforçar tecnicamente e reforçar a estrutura. Mencionou que, na sua opinião, têm as contas muito equilibradas, os resultados vão passar a ver-se com algumas das medidas que estão a tomar, mais para o final de 2023, e o final de 2024, na sua opinião, será a prova dos nove, o único problema detetado é o reconhecimento que existe de uma necessidade de ajustar na Área da Educação. Disse, ainda, que ele e a senhora Vereadora Ana Batalha estão em sintonia, estão a trabalhar muito, a profundar as questões da transferência de competências, os seus efeitos e o que podem fazer. Ainda em relação ao anuário, já o leu e tem erros de avaliação, mas poderiam fazer uma reunião temática quando entendesse. Acrescentou que, enquanto nos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento é fácil de gerir, como uma empresa, e tem algumas lacunas de gestão, tem contas equilibradas, é preciso continuar a apostar, como se fez no passado com o propósito de construir a ETAR, e é preciso continuar a manter a sustentabilidade e ter o equilíbrio entre despesas e receitas, mas também ter a folga para fazer os investimentos.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Recordou que o tempo para este ponto é de 60 minutos, e neste momento foram utilizados 65 minutos e estão inscritos para intervir cerca de quatro Deputados. Referiu que de acordo com o Regimento, se ninguém se opusesse, prolongavam por mais 25 minutos.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que:

Foram apresentadas e votadas as comissões para resolver as questões do Código de Postura Municipal e dos cabos elétricos e não houve, ainda, reunião. Referiu que a disponibilidade de cada um é cada vez menor, mas pensa que online se conseguisse avançar algum trabalho.

Em relação à ocupação da via pública, a Junta de Freguesia de Ferrel fez, no dia 30 de novembro de 2021, uma carta à Câmara Municipal onde solicitava uma reunião com os Técnicos da área de ocupação de via pública e alguém com responsabilidade política para decidir. Assinalou que fez, no dia 30 de novembro de 2022, um ano e não houve essa reunião. O senhor Presidente da Câmara falou na questão das receitas que são necessárias para o município, mas nas freguesias também, e a receita com esta matéria não está a ser recolhida, até porque existem requerente/empresários que se dirigem à Junta de Freguesia, porque querem pagar e a Junta de Freguesia não consegue fazê-lo. Indicou que está marcada uma reunião sobre licenciamentos, para o dia 15, mas não sabe

se irá resolver esta questão, mas como já se marcou tanta coisa e depois não se concretiza ou não produz efeitos, não reserva muita expectativa, no entanto, estará presente.

Na sessão de abril da Assembleia Municipal foi feita referência a uma proposta, datada de 28 de janeiro de 2022, que fizeram para a delegação de competência da sinalização, e citou o que foi dito pelo senhor Presidente da Câmara: “disse que não conhecia esta proposta e que estava aberto a cause todas as delegações e que, da sua parte, não haveria qualquer impedimento, desde que as coisas se fizessem bem, e até noutras frentes.”, mas esta proposta, de janeiro, não obteve ainda resposta.

Sobre uma proposta de contrato que fizeram, em março, para a construção de passeios na zona central de Ferrel e que está prevista no Orçamento Municipal, também não teve resposta.

Na última sessão da Assembleia Municipal o senhor Presidente da Câmara referiu que não tinha problema em reunir a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia com o proprietário da casa da curva perto do centro de Ferrel e, também, ainda não houve a reunião.

Relativamente à Liga MEO Surf, aquilo que se passou no Baleal, na Praia do Lagido e na Praia do Pico da Mota foi “o faz de conta”, porque se montou uma grande estrutura e o recinto improvisado tem de ser autorizado pela Junta de Freguesia que nem sequer foi informada, nem convidada, e viu que a Câmara Municipal recebeu um prémio, na pessoa do senhor Vereador Ângelo Marques, e o que estava a referir nada tinha que ver com o Pelouro nem com o Surf, tinha que ver com os serviços e com as questões de mobiliário urbano. Referiu, a título de exemplo, que solicitaram, há algum tempo, contentores novos de RSU com maior capacidade para o Baleal e para o Centro de Ferrel, uma vez que existem zonas onde têm sete ou oito dos outros e com dois dos maiores ganhariam em termos de aspeto, e nunca foi possível, no entanto, neste evento estavam lá três, inclusive ecopontos. Indicou que solicitaram, também, para a zona do Lagido, onde está um equipamento da responsabilidade dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento, que era um local ideal onde poderiam estar os balneários e WC’s público que faz muita falta e não foi possível por ser uma zona sensível, mas naquela zona sensível estava um baloiço para as pessoas poderem tirar fotografias. Adiantou que já propuseram esta situação várias vezes, inclusive à Agência Portuguesa do Ambiente, que também não deu resposta. Explicou que quando refere a questão do “faz de conta” é porque quem visitou a Praia do Lagido e a Praia do Pico da Mota naqueles dias, se na semana seguinte voltasse a visitar irá ficar desiludido, porque aquilo só esteve montado naqueles dias, pois nos dias seguintes já não acontece nada, só dá trabalho à Junta de Freguesia que têm de colocar os pilaretes que foram partidos pelos camiões que andaram a colocar as estruturas.

Na sua intervenção da sessão anterior da Assembleia Municipal, apesar de estar correto na ata, a informação que deu relativamente ao Pinhal de Ferrel não foi a correta, o que disse foi que o talhão cortado teria sido o dezassete e o que estava na Hasta Pública era o seis e dezanove, mas a informação correta é: o que estava na Hasta Pública era o seis e o dezoito.

Luís de Almeida (PSD):

Disse que:

Iria voltar a abordar o assunto relativo à Fortaleza e Museu da Resistência. Referiu que, certamente, o que é normal é haver um bom relacionamento entre o Estado,

os gestores do projeto Museu da Resistência, e a Câmara Municipal e, com certeza, perceberão os responsáveis que o diálogo com a Câmara Municipal é bastante benéfico, porque não quer aceitar que haja uma estrutura tão importante para a nossa comunidade que está completamente alheada da opinião de todos, porque se assim for terão os membros da Assembleia Municipal de tomar uma posição. Propôs ao senhor Presidente da Assembleia Municipal, reforçado se o senhor Presidente da Câmara Municipal o entender, que os responsáveis pelo Museu da Resistência apresentem à Assembleia Municipal o seu projeto, porque o que se pretende saber é que percentagem de área é que eles vão ocupar para tentar perceber se seria viável ou não o Município de Peniche ter alguma estrutura museológica aproveitando aquele espaço tão amplo, não querem ter qualquer tipo de intervenção no sentido de criar dificuldades ao que está pensado, querem é ter elementos para que possam raciocinar, a Assembleia Municipal e os responsáveis do projeto, com o intuito de dar coerência a um espaço que pode ser potencialmente um espaço museológico do Estado e até, eventualmente, da comunidade, se assim fosse compatível. Reforçou que se trata de uma questão de diálogo, inclusive, como disse o senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, com o que está protocolado.

Gostaria de reforçar a importância da Estratégia Local de Habitação, porque a nossa força empresarial está muito carenciada de mão-de-obra, e isto faz pensar que as famílias com mais dificuldade devem ter acesso a habitação, que está muito dificultado até devido às características de turismo. Referiu que a questão dos Alojamentos Locais fez com que as rendas se tornassem quase incomportáveis para uma família com salários base, e esta estratégia tem realmente de ser pensada, até porque temos uma comunidade de professores deslocados bastante grande, que também têm dificuldade para pagar as rendas, provavelmente os médicos é igual, portanto, tem de haver, não só para os carenciados, também para profissionais que são necessários para Peniche. Para reflexão, propôs pensar-se numa estratégia de acolhimento e de integração dos refugiados e dos emigrantes que optam por viver na nossa comunidade que, por questões demográficas, de mão-de-obra e até de pluralidade cultural, temos a obrigação de pensar como é que podemos acolher devidamente e como integrar, para que a comunidade seja enriquecida, não só em termos laborais, mas também em termos culturais por estas pessoas que se integrariam na comunidade e que neste momento ficam muito marginalizadas, e por vezes trazem problemas, quando na realidade eles são bastante necessários.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse que, em relação ao pedido que lhe foi feito, iria naturalmente proceder de acordo, caso seja viável.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação às questões da Comissão, tem mais a ver com a Assembleia Municipal, a Câmara Municipal colaborará naquilo que lhes for pedido dentro das possibilidades.

Para a questão da ocupação da via pública está agendada uma reunião para o dia 15 de dezembro de 2022, tem expectativas altas em relação a esta reunião, solicitou que a mesma fosse bem preparada, até porque a querem aproveitar, não só para as questões da

ocupação da via pública, mas também outras questões que querem ver discutidas com as Freguesias.

Relativamente àquilo que referiu sobre a sinalização, também referiu as pinturas, e mantém a mesma opinião, se as Juntas de Freguesias quiserem colaborar com a Câmara Municipal neste sentido e melhorar as capacidades de resposta no seu território, ótimo, logicamente, até por aquilo que vai acontecendo, e há pouco o senhor Deputado Francisco Salvador mencionou o Tribunal de Contas, há um conjunto de medidas que têm de ter mais cuidado e respeitar as orientações e o cumprimento dos regulamentos e da legislação.

Sobre os passeios da zona central, provavelmente o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata, estava a referir-se à Rua Nossa Senhora da Guia e dos dois largos, e está a ser elaborado o Plano de Mobilidade do concelho de Peniche. Referiu que pretendiam ver o plano para ver se têm que reajustar os projetos que existem em várias localidades do concelho, nomeadamente esta área. Indicou que tem a ambição de poder ainda fazer uma candidatura para aquela área, se não conseguirem fazê-la vão chegar rapidamente à conclusão que não conseguem com a equipa que têm a trabalhar e com o trabalho que estão a desenvolver. Disse, ainda, que se houver uma candidatura, para além daquilo que está projetado e está previsto no estudo, pensa que podem ser mais arrojados e colocar no projeto mais alguns arruamentos perto do centro de Ferrel. Expressou que este é o seu desejo, não sabe se irá acontecer. Se não houver candidatura voltarão àquilo que estava previsto e será uma obra que deve ser partilhada entre a Câmara Municipal e a Junta de Freguesia.

Em relação à casa da curva, não tinha qualquer problema em convidar o senhor António Henriques a vir à Assembleia Municipal para esclarecer a situação, no entanto, pode não ser o mais aconselhável, e poderia vir também o Chefe da Divisão de Obras Municipais e mais algumas pessoas que acompanharam a situação.

Não há contentores e, neste momento, não há situação financeira para os adquirir. Adiantou que existe uma perspetiva de intervir em relação à recolha destes resíduos diferente do ano passado. Referiu que isto não significava que não se pudesse adquirir mais alguns contentores, até porque também entende que são bons, têm boa capacidade e, em termos estéticos, são mais bonitos do que os outros.

Relativamente aos balneários, pensava que a Agência Portuguesa do Ambiente iria dizer que sim, porque é apologista que se construam balneários e casas de banho públicas em todas as praias, principalmente nos acessos mais importantes e, inclusive, há três anos pediram para passar o contentor que está no Baleal para junto do estacionamento, pois seria muito mais facilitado, a Câmara Municipal garantia a construção da acessibilidade, mas até há data não foi autorizado.

Quanto às questões do senhor Deputado Luís de Almeida, também acha que se deve convidar e se não for possível numa Assembleia Municipal admitiu que se pudesse solicitar uma reunião com a participação dos líderes de bancada, só não sabe quem estaria presente da parte do Governo, se seria a senhora Diretora do Museu ou se seria a outro nível, mas está disponível.

Após a aprovação da Estratégia Local de Habitação, referiu que tinham percebido que havia necessidade de propôr a alteração à Estratégia Local de Habitação, em termos de objetivos, mas que não o fariam enquanto não começassem a concretizar, porque não faria sentido, e tem dois aspetos, tem que ver com a habitação para imigrantes, até por situação que tinham detetado na agricultura, mas também com outra

que conhecem ao nível da pesca, nomeadamente, e o que vai acontecer no futuro, naturalmente, vão ser mais dificuldades e o preços do aluguer da habitação não é atingível para um grupo significativo destas pessoas. Em relação aos médicos, já tomaram algumas medidas, fizeram protocolos com a Escola Superior de Turismo e Tecnologia do Mar, relativamente a alguns alunos que estavam com dificuldades em arranjar ligar na residencial de estudantes, e há outra vertente que tem que ver com a apetência pelo concelho, a questão do alojamento local e outras que têm que ver com a juventude, e este tema tem de ser tratar de outra forma no Estratégia Local de habitação.

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (PS):

Disse que, relativamente à curva, colocou a questão para ir a reunião de Câmara, mas se tiver que ser na Assembleia Municipal não haverá problema, pois é importante que estejam as pessoas, mas mais que isso é o fundo documental do assunto, porque será preto no branco, onde estão as questões e quem é que falhou e não falhou.

Quanto à questão dos WC, referiu ser verdade que a Agência Portuguesa do Ambiente costuma ser um bloqueio, mas não pode ser sempre a entidade o bode expiatório, porque a Agência Portuguesa do Ambiente para Peniche é a mesma da Areia Branca, de Santa Cruz, de São Martinho do Porto, Foz do Arelho, Nazaré e resto do país.

José Monteiro (CDU):

Disse que:

A questão da Saúde é, também, uma preocupação da Coligação Democrática Unitária e comum a todos os municípios com a prestação de cuidados de saúde no concelho. Reconhecem que a situação não é fácil, o problema não é novo, mas não há dúvida que a degradação da saúde preocupa, por isso, além de salientar o trabalho, o esforço que a Comissão de Utentes tem realizado até agora, perguntou o que tem sido feito pela designada Comissão Municipal da Saúde em defesa dos utentes na acessibilidade aos cuidados de saúde do Serviço Nacional de Saúde (SNS). Acreditam que esta comissão possa ser o elo de união em torno desta luta e na procura de soluções nesta área.

As comemorações dos cinquenta anos do 25 de Abril, se iniciaram em 24 de março e se prolongam até 2026, embora se saiba que o ciclo central das comemorações ocorre em 2023 e, ainda, no primeiro trimestre de 2024. Questionou o papel que Peniche teve neste processo de transição de ditadura para a democracia, sobretudo a conquista da liberdade, e julga que Peniche não deve deixar de se associar às comemorações, aliás, Peniche é um espaço que vai constar no programa nacional das comemorações, portanto, uma das cidades onde irão ocorrer algumas das iniciativas. Reforçou que celebrar os cinquenta anos de liberdade e democracia passa por envolver toda a sociedade e permite-lhe citar Saramago, independentemente das opiniões que possam ter, naquilo que ele chama "*chão comum, fundado na liberdade e no pluralismo, que respeita a memória, mas aponta ao futuro, sobretudo às novas gerações*". Perguntou como está a constituição da comissão promotora concelhia, discutida em reunião no passado mês de abril, se há algumas atividades, em termos de iniciativas locais ou enquadradas num programa nacional.

Presidente da Junta de Freguesia de Atougua da Baleia, António Salvador (PSD):

Disse que:

Existe uma médica que quer instalar-se no concelho de Peniche e exercer aqui a sua atividade no Centro de Saúde de Atouguia da Baleia, sabe que a Câmara Municipal está a acompanhar este processo e gostaria de saber em que fase está.

Têm havido derrocadas, em Consolação e São Bernardino, que estão sinalizadas com baias de segurança e pretendia saber se estão previstas algumas intervenções, porque se, a curto prazo, não se fizer nada vai-se degradar muito mais.

Perguntou qual o ponto de situação do Forte da Consolação, uma vez que as obras estão paradas há imenso tempo.

Quando há pouco se falou no IMI das associações, ouviu com alguma indignação, a intervenção do senhor Presidente da Câmara. Referiu que esta não é uma situação de agora, há mais de um ano que a questão da isenção de pagamento do IMI às associações é levantada, e durante o ano pouco se fez ou nada e as associações já tiveram de pagar o seu IMI.

Houve troca de email entre a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia e o Município de Peniche, este já assumiu que iria ceder tintas para a Junta de Freguesia começar a reavivar algumas passadeiras na área da freguesia, que são muitas. Perguntou para quando começaria a haver a disponibilização das tintas.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação à Comissão de Saúde, houve o ato público da deslocação à Assembleia da República e o assumir que a Comissão de Saúde irá reunir no próximo mês de janeiro.

Relativamente aos cinquenta anos do 25 de Abril, não está constituída nenhuma comissão, nos últimos ela não tem sido constituída, mas é uma boa sugestão a constituição de comissão para o 25 de Abril de 2024. Indicou que todos os anos comemoram o 25 de Abril, mas está de acordo que o possam fazer diferente em 2024, inclusive começar em 2023. Suspeita que o Governo, o senhor Primeiro Ministro gostasse de inaugurar o Museu Nacional da Liberdade e Resistência em abril de 2024.

Intervieram, para além daquilo que é a sua competência, junto do ACES, junto do Presidente da ARS, junto de uma Instituição de Atouguia da Baleia para assinar protocolo para esta situação, mas, lamentavelmente, alguns processos levam muito tempo. Referiu que estão a ajudar, inclusive em termos de habitação, mas irá fazer o ponto de situação.

As situações em Consolação e em São Bernardino foram sinalizadas logo que tiveram conhecimento. Deu conta que a Agência Portuguesa do Ambiente veio fazer a avaliação e vai voltar a Peniche, e os serviços da Proteção Civil, da Divisão de Obras Municipais e, no caso de São Bernardino uma vez que haviam algumas dúvidas, os Serviços Municipalizados de Água e Saneamento estão a acompanhar. Referiu que a situação em Consolação, na encosta norte do Forte preocupa-o muito.

Relativamente ao IMI, o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia, António Salvador, tinha direito à indignação, mas provavelmente desconhece as dificuldades, porque nesta "casa", há três ou quatro pessoas que são para tudo e não se consegue fazer tudo. Indicou que estão a tentar ultrapassar esta situação e aquilo que foi dito em reunião de Câmara é que iriam tentar apresentar uma proposta até finais do mês de janeiro de 2023.

Sobre as passadeiras, é preciso fazer a listagem, mas também é preciso acautelar o procedimento, porque as coisas têm de ser feitas como os regulamentos mandam, a saída dos materiais tem de ser feita da forma que tenha cobertura legal.

José Monteiro (CDU):

Perguntou se a reunião de seis de janeiro é da Comissão de Utentes ou da Comissão Municipal de Saúde.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Respondeu que seria em janeiro, e será da Comissão Municipal de Saúde.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Neste período não se registaram quaisquer intervenções.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1) APRECIACÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA, ACERCA DA ATIVIDADE DO MUNICÍPIO, BEM COMO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA DO MESMO:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do primeiro ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores:

Francisco Lourenço (GCEPP):

Disse que a questão da organização da “casa” tem sido um tema muito abordado pelo senhor Presidente da Câmara e porque as receitas do Município se fazem por três grandes áreas, congratula-se por verificar que a receita está a aumentar no IMI, mesmo com a redução da taxa, o que significa que se tem feito alguma coisa bem na área do urbanismo.

Reparou que o número de pedidos de processos tem vindo a crescer e, no ano de 2020, em média, houve 164 pedidos de licenciamentos de obras particulares, em 2021 houve 194 e em 2022, a outubro já haviam 197, o que dará cerca de 200 processos no final do ano. Verificou, também, que o número de alvarás emitidos se mantinha na mesma percentagem, em cerca de 50%, do número de pedido que entraram. Mencionou que existe um outro indicador que tem que ver com o número de junção de elementos, relativamente ao *no paper*, pois em 2020 houve 627 e, a outubro de 2022 houve 1218 pedidos de junção de elementos aos processos e, obviamente, quando existe um sistema que permite a introdução de processos, sete dias por semana, 24 horas por dia, se não houver disciplina da parte dos gabinetes e de quem submete, este número aumentará. Disse que gostaria de enaltecer, porque começavam a ver que o investimento que tem sido feito em meios técnicos e nesta nova tecnologia do *no paper* que, na sua opinião, é uma aposta vencedora.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse que:

Começava por congratular a senhora Vereadora Ana Batalha pelo sucesso que foi o programa “Novembro, mês do Mar”, nas diversas atividades realizadas, inclusive com

a presença de meios de comunicação social, efetivamente uma lufada de ar fresco na Cultura desta cidade que bem precisa e com ênfase na nossa mais valia, o Mar. Espera que nesta vertente o bom trabalho continue, que este tipo de iniciativas seja cada vez mais usual e repetível também noutras temáticas.

Por outro lado, na análise que fez, desde abril 2022, verificou que na matéria dos regulamentos, na sua maioria, o seu estado mantém-se inalterado, e falava dos mesmos regulamentos, de abril de 2022 até agora, pelo que questionou todo este tempo para a efetivação e entrada em vigor destes instrumentos importantíssimos para a gestão camarária.

Desde junho de 2022 foram instaurados 156 processos de contraordenação, no âmbito do RJUE e, ao dia de hoje, esse número não foi alterado, pelo que presume que não houve qualquer decisão, no caso do campismo e caravanismo, em junho de 2022 eram 104 e, ao dia de hoje, são 95, pelo que partia do pressuposto que nove foram concluídos, mas também não conseguia vislumbrar qual era o resultado, portanto, questionou esta dificuldade, que poderá ser de gestão interna ou aplicabilidade da própria lei.

Pretendia alguns esclarecimentos sobre o ponto de situação da Rua 13 de Infância, uma vez que é mencionado na informação desenvolvimento de projeto de alterações para instalação de cobertura, e gostaria de obter mais informação, qual o cronograma, o que se pretende realizar nesta zona.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCEPP):

Disse que:

Em relação à Gestão Urbanística, foi uma aposta, não foi fácil, tinham a perceção das dificuldades, por isso renovaram grande parte da equipa, motivaram outros e aplicaram os sistemas informáticos, que não existiam, e que, provavelmente, são os mais funcionais na região Oeste. Mencionou que existe um grande problema que tem que ver com a apresentação dos projetos que muitas vezes vêm incompletos e que necessitam de uma monstruosidade de junção de elementos que o senhor Deputado Francisco Lourenço referiu e que prejudicam muito o andamento daquela área, apesar de estar a melhorar, pois há técnicos e gabinetes que se ajustaram muito bem, pensa que existe um bom diálogo entre os serviços e grande parte dos promotores e dos técnicos, mas, de parte a parte, ainda há que melhorar, mas têm razões para estar satisfeitos. Disse, ainda, que, para além de ser uma questão vencedora, estas medidas eram imprescindíveis para o nosso concelho, nesta área de gestão urbanística a questão digital era fundamental, mas também em outras que estão a ser trabalhadas, e em algumas áreas nem se dá por isso, mas está a ser feito um esforço muito grande, particularmente na Divisão de Administração e Finanças, mas também em outros setores. Acrescentou que o caminho é o que começaram a implementar e pensa que há dados que poderão ser melhor tratados quando for a apresentação das contas, nomeadamente as receitas provenientes da gestão urbanística. Expressou que está, há cerca de quatro anos, a pedir a revisão da tabela de taxas da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística que está mais que ultrapassada e em 2023 será imprescindível, porque, além de ser um setor com um fluxo de receitas significativas, os promotores pagam muito menos fora do concelho de Peniche.

O Setor do Jurídico nunca teve grande capacidade de resposta em relação às necessidades da Câmara Municipal, porque não tem os recursos suficientes, e também não é fácil contratar um técnico superior jurista para trabalhar numa Câmara Municipal com os valores que as autarquias podem pagar, não é aliciante. Adiantou que o

procedimento para contratar um jurista, por mobilidade, está a avançar, mas a proposta é no sentido de haver mais dois, pois têm de reforçar a parte técnica e também dos assistentes técnicos, até porque, em relação às exigências que a Câmara Municipal vai assumindo é uma brutalidade e não há capacidade.

Relativamente à Rua 13 de Infância, o processo esteve parado, tinham dois projetos do passado e estão a trabalhar num terceiro projeto. Em termos de alinhamento do arruamento ocorreram alguns problemas e foi necessário deslocar-se à Direção Geral do Património Cultural e esta semana receberam parecer favorável, logo estão em condições de avançar, pelo menos para o desenvolvimento do que se pretende em termos de projeto e do reordenamento do novo alinhamento do arruamento.

2) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE ALTERAÇÃO DO PONTO 3 DO ARTIGO 36.º E CONSEQUENTE ALTERAÇÃO DA TABELA ANEXA AO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE - TEMPOS GLOBAIS DE INTERVENÇÃO, APRESENTADA PELO GRUPO DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do segundo ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores:

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Deu conta que iria ser feita a leitura da Proposta A, da Coligação Democrática Unitária e da Proposta B, do senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal de Peniche.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Relativamente à metodologia do debate destes dois assuntos, propôs que fosse em conjunto e que a votação, obviamente, fosse separada.

Inês Lourenço (GCEPP):

Procedeu à leitura da **Proposta A**, apresentada pelo Grupo da Coligação Democrática Unitária:

«Proposta de alteração ao Regimento, mandato 2021-2025, Anexo I.

Grelha dos tempos de intervenção:

Considerando que o anexo 1, previsto no ponto 39.º, não corresponde ao tempo global previsto no ponto 3, artigo 36.º do presente regimento, em sintonia com o estipulado na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que o suporta, propomos uma nova grelha do anexo 1 para o “Período de Antes da Ordem do Dia”:

PS	9 minutos
GCEPP	9 minutos
PSD	9 minutos
CDU	9 minutos
Chega	9 minutos
Executivo	15 minutos

Mário Mamede (GCEPP):

Procedeu à leitura da **Proposta B**, apresentada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

«Proposta de correção ao Regimento, ponto n.º 3 artigo 36.º - Período de Antes da Ordem do Dia:

Tempos de intervenção no Período de Antes da Ordem do Dia:

Considerando que o artigo 52.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, fixa a duração máxima de 60 minutos para o período de antes da ordem do dia, para tratamento de assuntos gerais de interesse autárquico, e não podendo o Regimento de funcionamento da Assembleia contrariar o estipulado na lei, propõe-se a correção do ponto 3, artigo 36.º (Período de antes da Ordem do Dia) e consequente alteração ao anexo n.º 1 do Regimento.»

<i>PS</i>	<i>12 minutos</i>
<i>GCEPP</i>	<i>12 minutos</i>
<i>PSD</i>	<i>12 minutos</i>
<i>CDU</i>	<i>6 minutos e 30 segundos</i>
<i>Chega</i>	<i>2 minutos e 30 segundos</i>
<i>Executivo</i>	<i>15 minutos</i>

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que, na última sessão da Assembleia Municipal, o senhor Presidente da Câmara utilizou mais tempo na sua intervenção no período de antes da ordem do dia que as forças políticas representadas na Assembleia Municipal, ou seja, quem fiscaliza, quem intervém na Assembleia Municipal teve menos tempo a intervir que a Câmara Municipal, e isto veio demonstrar que a questão dos tempos não foi bem pensada e não faz sentido nenhum.

Referiu que, hoje, todos os partidos se esforçaram para cumprir os temas e, naturalmente, como colocam muitas questões a Câmara Municipal demora mais tempo a responder, demorou mais trinta e três minutos do que aquilo que estava previsto.

Acrescentou que isto fosse para continuar assim não valeria a pena haver Regimento da Assembleia Municipal, porque ou o senhor Presidente e a Mesa da Assembleia Municipal cumpre e fazem cumprir o Regimento ou então isto não é uma Assembleia Municipal, é uma assembleia de representantes em que cada um fala o tempo que quer.

Disse, ainda, que não poderia deixar de contestar a proposta do senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal sobre os Presidentes de Junta. Indicou que a proposta apresentada pela Coligação Democrática Unitária dá mais tempo aos Presidentes de Junta, pois como verificou a senhora Vereadora Ana Batalha falou sete minutos, e o senhor Presidente da Mesa quer dar cinco minutos aos Presidentes de Junta para falar neste ponto, mas em cinco minutos, por muita capacidade de síntese que haja, não é fácil colocar um conjunto de questões das Juntas de Freguesia, no entanto, querem que se faça as coisas à pressa ou querem que a Assembleia Municipal tenha conteúdo político e qualidade nas intervenções que são feitas, porque com cinco minutos não conhece ninguém que faça intervenções de qualidade. Adiantou que se for para limitar a intervenção das pessoas que se faça uma proposta ao Parlamento para acabar com as Assembleias Municipais, não pode ser, as Assembleias Municipais devem ser órgãos locais que permitam a participação das pessoas, nomeadamente os eleitos, e que tenham tempo necessário para intervir, sem exageros.

Disse que a proposta do senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, relativamente às Juntas de Freguesia é insuficiente, cinco minutos para cada um, mas pior, depois o senhor Presidente da Câmara tem cinco minutos para responder, ou seja,

não haverá condições para, em cinco minutos, responder a doze ou catorze questões que sejam colocadas, a não ser que não responda.

Propôs, em nome da Coligação Democrática Unitária, relativamente aos tempos, que todas as forças políticas tenham nove minutos, em relação às Juntas de Freguesia, em vez de cinco minutos, ter sete minutos e meio, e relativamente à Câmara Municipal ter dez minutos e não cinco.

Hugo Martins (GCEPP):

Disse que:

A posição do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, em relação a estas questões, é muito clara, entendem que este assunto está esgotado, pois já colocaram as suas propostas a votação para manter os tempos iguais na Assembleia Municipal realizada em Atouguia da Baleia, não concordam com a decisão que foi tomada, mas respeitam sempre a opinião de todos, a verdade é que existem tradições que não fazem sentido manter, mas esta, na opinião do grupo, é uma boa prática que sempre existiu no concelho de Peniche. Referiu que têm vindo a falar muito de tempos, mas agora é, sobretudo, tempo de seguir em frente, tendo em conta que este é um não assunto. Adiantou que se iriam abster neste ponto.

Relativamente à proposta da Coligação Democrática Unitária para introduzir um novo ponto no artigo 38.º que tem como objetivo definir um tempo de intervenção para os Presidentes de Junta de Freguesia, no fundo, querer corrigir o erro cometido. Referiu que os tempos que querem criar sempre estiveram enquadrados dos tempos globais dos grupos municipais, portanto, irão manter o sentido de voto do ponto anterior, a abstenção.

Francisco Salvador (PSD):

Disse que se ouviram uma série de argumentos relativos à questão da repartição dos tempos e, por um lado ouviram dizer que cinco minutos para um Presidente de Junta é muito pouco, por outro lado afirma-se que nove minutos para uma bancada é suficiente, ou seja, há uma incoerência bastante grande, porque a proposta de atribuição de tempos repartidos proporcionalmente ao número de deputados eleitos parece ser a replica daquilo que acontece na maior das casas democráticas do país, que é o Parlamento, e parece incontestável que é a única forma justa de utilizar o tempo. Referiu que, relativamente à proposta apresentada no ponto três, se os Presidentes de Junta não estiverem interessados retira-se, mas, na sua opinião, seria interessante dar aos Presidente de Junta tempo para falar dos problemas do seu território.

Caso os Presidente de Junta não estejam interessados ficariam integrados nos sessenta minutos no período de antes da ordem do dia e, se assim fosse, a única decisão que haveria a tomar seria uma repartição igual para todos os grupos parlamentares ou uma repartição proporcional, pelo que o grupo do Partido Social Democrata vai votar favoravelmente a proposta do senhor Presidente da Assembleia relativamente a esta grelha.

Henrique Estrelinha (PS):

Sugeriu que, em relação ao público, se pudesse interromper o período de antes da ordem do dia pelas vinte e duas horas para que o público possa intervir.

Disse que o Partido Socialista defende os tempos proporcionais, já o disseram nas

últimas sessões de Assembleia Municipal, têm sido coerentes com o passado, porque mesmo quando tinham menos eleitos defenderam sempre o estabelecimento de tempos proporcionais, que é uma prática na maior parte das Assembleias Municipais do nosso país. Referiu que concordam com a correção apresentada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal e concordam, se os senhores Presidentes de Junta concordarem, com os cinco minutos para expor os seus problemas no período da ordem do dia.

José Monteiro (CDU):

Referiu que concordava que este assunto já se arrastava há demasiado tempo. Disse que, para serem coerentes, quanto à primeira, não vão alterar, senão não seriam coerentes com a posição que a Coligação Democrática Unitária tomou desde o início.

Disse que, relativamente aos Presidentes de Junta de Freguesia, não é no período de antes da ordem do dia, a proposta é para o período da ordem do dia, tendo em conta a relevância dos assuntos que queiram expor e não enquadrados nos temas de cada uma das bancadas, devem ser temas específicos do seu território.

Acrescentou que a questão de ser sete minutos e meio ou o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ter entregue uma proposta para cinco minutos, na sua opinião, os tempos é uma questão a ser discutida pelos senhores Presidentes de Junta, mas parece-lhe pertinente, desde que seja temas relacionados com as suas Juntas de Freguesia, foi apenas algo que se acrescentaria em termos de conteúdo na Assembleia Municipal.

Francisco Salvador (PSD):

Disse que, de facto, o Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche referiu que se iria abster relativamente a esta questão, mas, infelizmente, não vai poder abster-se, porque as propostas A e B serão apresentadas em alternativa, portanto, ou vota numa ou vota na outra, ou não vota.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador:

Disse que sobre este tema, até porque ele é sério, já ouviu muita simplicidade no discurso, mas se houvesse uma história desta Assembleia Municipal para contar, há grupos que não falavam hoje, porque alguns dos seus eleitos demoravam mais tempo a falar do que o Presidente da Câmara na época, agora temos um Presidente de Câmara que fala mais que a Assembleia Municipal, como foi o caso da última.

Referiu que não há dúvida nenhuma, relativamente à intenção dos Presidentes de Junta terem tempo, aliás há uma proposta nesse sentido, as propostas do senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal vêm na sequência das propostas que a Coligação Democrática Unitária apresentou, e a intenção é que haja uma distribuição de tempos igual para todos os grupos e, em relação aos Presidente de Junta, que se resolva um problema que foi criado no que diz respeito ao tempo, a diferença é entre os cinco minutos e os sete minutos e meio, mas para as pessoas que não acompanham a Assembleia Municipal mencionou que isto não é como foi dito, porque os grupos não têm só o tempo que está referido no quadro, os grupos podem apresentar propostas de felicitação, moções, protestos, depois têm o tempo do período de antes da ordem do dia e depois ainda tem a oportunidade de questionar o senhor Presidente da Câmara sobre a informação que apresenta, ou seja, têm mais tempo, portanto, os Presidentes de Junta, se cada um deles, tiverem sete minutos e meio para falar sobre os problemas da sua

freguesia qual é o problema? então nenhuma das freguesias merece uma compreensão para ter sete minutos e meio para falar na Assembleia Municipal, e utilizam se for necessário.

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Disse que teriam de admitir, globalmente, de que há uma certa bondade da parte da Assembleia Municipal no sentido de dar o máximo de tempo a todos os seus membros, porque a própria Comissão de Revisão do Regimento não tinha prevista esta situação, a Assembleia Municipal foi ao encontro de algumas observações pertinentes para poder alterar o tempo de intervenção de todas as bancadas de uma forma equilibrada e o mais justa possível. Agradeceu as propostas apresentadas pela Coligação Democrática Unitária, porque isso levou-o a conciliar um equilíbrio daquilo que poderá ser a intervenção de cada uma das bancadas e de cada um dos Presidentes de Junta de Freguesia, que desempenham um papel fundamental no desenvolvimento e no equilíbrio das suas freguesias.

Indicou que as propostas iriam ser votas alternadamente, a proposta A que não prevê a proporcionalidade, portanto, o tempo idêntico para todas as forças políticas, e a proposta B que refere apenas a correção para os sessenta minutos e com a proporcionalidade de intervenção das diferentes bancadas.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que parecia uma questão de semântica, mas era uma questão institucional, e têm de ser mesmo institucionais, porque quem apresentou as propostas foi o grupo da Coligação Democrática Unitária, o senhor Presidente da Mesa comprometeu-se na Assembleia Municipal, face ao consenso que foi gerado, que o assunto passaria para esta sessão, portanto, a proposta A é a da Coligação Democrática Unitária e, depois, a do senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal que é consequência desta situação.

Deliberação n.º 42/2022: Submetidas as propostas a votação nominal, de braço no ar, uma após outra, a Assembleia Municipal de Peniche, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constataram-se os seguintes resultados:

Proposta A: Rejeitada, por maioria, com vinte e dois (22) votos contra, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (7) e pelo Chega (1), e três (3) votos a favor, dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária (3).

Proposta B: Aprovada, por maioria, com vinte e um (21) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7) e pelo Partido Socialista (7), e quatro (4) votos contra, dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo Chega (1). (Doc.28)

3) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DE INTRODUÇÃO DE UM NOVO PONTO NO ARTIGO 38.º DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE PENICHE, APRESENTADA PELO GRUPO DA COLIGAÇÃO DEMOCRÁTICA UNITÁRIA:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do terceiro ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores:

Presidente da Mesa, Joaquim Farto (PS):

Deu conta que iria ser feita a leitura da Proposta A, do Grupo Municipal da Coligação Democrática Unitária.

Inês Lourenço (GCEPP):

Procedeu à leitura da **Proposta A** apresentada pelo Grupo da Coligação Democrática Unitária:

«Proposta de aditamento ao Regimento, mandato 2021-2025

Artigo 38.º (Período de Antes da Ordem do Dia)

«Considerando que:

1 – O “Período da Ordem do Dia” se reveste de especial importância, devendo realçar-se a intervenção, o debate e as propostas de cada grupo municipal;

2 – É da máxima importância aperfeiçoar e valorizar a participação democrática dos eleitos;

3 – Importa fomentar uma cultura de participação e de cidadania ativa, no fortalecimento do poder local;

O grupo municipal da CDU considera que o “Período da Ordem do Dia” deveria considerar a possibilidade de intervenção dos presidentes de Junta de Freguesia do concelho, sempre que assim o entenderem, propondo, por isso, a inclusão de dois novos pontos ao artigo 38.º do Regimento para o mandato 2021/2025, com a seguinte redação:

A “Ordem do Dia” deve incluir a apresentação, por parte dos presidentes de Junta de Freguesia, de assuntos de interesse para o seu território;

O período destinado à intervenção de cada um dos presidentes de Junta de Freguesia não pode exceder os 7(sete) minutos e 30 (trinta) segundos.»

Mário Mamede (GCEPP):

Procedeu à leitura da **Proposta B** apresentada pelo senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:

«Proposta de aditamento ao Regimento

Artigo 38.º (Período de Antes da Ordem do Dia)

Considerando o papel relevante que os Presidentes de Junta de Freguesia desempenham junto das suas comunidades e que em muito contribuem para o desenvolvimento global e equilibrado do nosso concelho, propõe-se o acréscimo de um ponto 7 ao artigo 38.º (Período da Ordem do Dia) a dar indicação da intervenção dos Presidentes de Junta de Freguesia, com o seguinte texto:

“7. Em cada sessão ordinária, é incluído um ponto na ordem do dia para apresentação de pedidos de esclarecimento à câmara municipal por parte dos presidentes de junta de freguesia, cabendo a cada Presidente de Junta um período de intervenção até cinco minutos e igual tempo para prestação de esclarecimentos por parte da câmara municipal (Anexo 3);”»

<i>Freguesia de Peniche</i>	<i>5 minutos</i>
<i>Freguesia de Atouguia da Baleia</i>	<i>5 minutos</i>
<i>Freguesia de Ferrel</i>	<i>5 minutos</i>
<i>Freguesia de Serra d'El-Rei</i>	<i>5 minutos</i>
<i>Executivo</i>	<i>5 minutos por intervenção ou resposta</i>

Deliberação n.º 43/2022: Submetidas as propostas a votação nominal, de braço no ar, uma após outra, a Assembleia Municipal de Peniche, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 26.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, constataram-se os seguintes resultados:

Proposta A: Rejeitada, por maioria, com quinze (15) votos contra, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (7) e pelo Chega (1), sete (7) abstenções, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), e três (3) votos a favor, dos membros eleitos pela Coligação Democrática Unitária (3).

Proposta B: Aprovada, por maioria, dezassete (17) votos a favor, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (7) e pela Coligação Democrática Unitária (3), sete (7) abstenções, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), e um (1) voto contra, do membro eleito pelo Chega (1). (Doc.29)

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Apresentou, verbalmente, em nome do grupo da Coligação Democrática Unitária, a seguinte declaração de voto:

«Primeiro congratulamos pelos Presidentes de Junta passarem a ter tempo para o uso a palavra que não estava previsto, fez todo o sentido a proposta que apresentámos e que o senhor Presidente também apresentou.

Relativamente à questão dos tempos distribuídos pelas outras forças políticas, não foi aprovada a nossa proposta, mas não é por isso que deixámos de ter razão.»

4) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A APROVAÇÃO DO PROTOCOLO DE COLABORAÇÃO A REALIZAR ENTRE O MUNICÍPIO DE PENICHE, A SECRETARIA-GERAL DA ADMINISTRAÇÃO GERAL (SGAI) E A GUARDA NACIONAL REPUBLICANA (GNR), COM VISTA À CELEBRAÇÃO DE CONTRATO DE COOPERAÇÃO INTERADMINISTRATIVO PARA OBRAS DE CONSTRUÇÃO DAS NOVAS INSTALAÇÕES DO POSTO TERRITORIAL DA GUARDA NACIONAL REPUBLICANA DE PENICHE - PELOURO DO CONTRATO LOCAL DE SEGURANÇA:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do quarto ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCDEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por unanimidade, em reunião ordinária realizada no dia 25 de novembro de 2022.

Francisco Salvador (PSD):

Perguntou se os valores apresentados no orçamento para esta obra, no total de oitocentos mil euros, é a previsão de a Câmara Municipal gastar este valor com a construção ou se iriam receber o dinheiro para pagar a obra a ser executada, de que forma irá funcionar.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCDEPP):

Disse que uma verba está considerada para as infraestruturas que é da empreitada, em relação à questão do valor da construção do edifício ninguém sabe, a

Câmara Municipal tem a rubrica aberta, terá de entrar como receita e terá de sair como despesa, portanto, são rubricas que têm de ser ajustadas em devido tempo, após as estimativas.

Francisco Salvador (PSD):

Referiu que o valor apresentado no plano plurianual menciona um total de oitocentos mil euros. Questionou se era para as infraestruturas.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCDEPP):

Informou que, inicialmente, as infraestruturas estavam calculadas em quatrocentos mil euros, ficaram em duzentos mil, os restantes montantes que se encontram nas rubricas são estimativos.

Henrique Estrelinha (PS):

Salientou que foi dado mais um passo para a concretização, possivelmente ainda neste mandato, da construção do Posto da Guarda Nacional Republicana na freguesia de Atouguia da Baleia.

Felicitou o senhor Presidente da Câmara e o senhor Vereador Ângelo Marques pelo trabalho que têm desenvolvido neste mandato, relativamente a este assunto, porque de facto a população merece ter a GNR mais próxima.

Vereador Ângelo Marques (PS):

Na sequência da intervenção do senhor Deputado Francisco Salvador e para que fique claro, disse que o processo é uma normativa da Secretaria Geral da Administração Interna para que antes de ser assinado o contrato interadministrativo existe este protocolo de colaboração, depois na assinatura do contrato interadministrativos é que será disponibilizada verba que a Secretaria Geral da Administração Interna para a efetivação do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana, mas o Município, bem, na sua opinião, em termos de orçamento, fez uma estimativa para qualquer eventualidade, mas esta questão está salvaguardada pela Secretária de Estado da Administração Interna, naquilo que é a lei das infraestruturas das forças e serviços de segurança, portanto, será uma realidade com uma vantagem, que nem sempre acontece em outros municípios, o projeto de execução não será realizado pela Câmara Municipal, será a própria Secretaria Geral da Administração Interna a realizá-lo a dispensas próprias.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Referiu que convinha esclarecer que a Câmara Municipal dá o terreno, paga as infraestruturas e, naturalmente, o Estado Central paga a obra.

Valorizou todo este procedimento e, acima de tudo, querem ver o quartel inaugurado com a Guarda Nacional Republicana fora da cidadã, em Atouguia da Baleia.

Hugo Martins (GCEPP):

Felicitou, em nome do Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, o Executivo e o Governo por esta opção tomada, um processo que vinha a arrastar-se há muito no tempo, e finalmente vêm a luz ao fundo do túnel. Referiu que nem sempre estes processos são executados no tempo ideal, muitas vezes estão dependentes das circunstâncias, mas estão muito satisfeitos, porque a obra será uma realidade.

Deliberação n.º 44/2022: Submetida a votação a proposta (n.º 2587/2022) da Câmara Municipal a votação nominal de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche, deliberou, no uso da competência prevista na alínea i) do artigo 25.º, do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e quatro (24) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Socialista (7), pelo Partido Social Democrata (7) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e uma abstenção (1), do membro eleito pelo Chega (1), aprovar a minuta do protocolo a celebrar entre o Município de Peniche, a Secretária-Geral do Ministério da Administração Interna e a Guarda Nacional Republicana, que tem como objeto, nos termos da cláusula primeira, assegurar os trâmites prévios à assinatura de um contrato de cooperação interadministrativo para a construção das novas instalações do Posto Territorial da Guarda Nacional Republicana de Peniche. (Doc.30)

5) APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO MODIFICATIVA AO ORÇAMENTO DA RECEITA, DA DESPESA, AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS E AO PLANO DE ATIVIDADES MUNICIPAIS, PARA O ANO DE 2022 (MODIFICAÇÃO 25):

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do quinto ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCDEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião extraordinária realizada no dia 29 de novembro de 2022.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Perguntou qual era o valor total desta modificação, em termos de ajuste.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCDEPP):

Respondeu que eram quatro milhões trezentos e setenta mil euros.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que a sua pergunta tinha que ver com o valor que foi apresentado e recordou quando discutiram este assunto, o orçamento da Câmara Municipal era trinta e três milhões de euros e, na altura, recorda-se de ter dito que aquele valor estava muito inflacionado, e estes quatro milhões e trezentos e setenta mil veio demonstrar isso mesmo.

Francisco Lourenço (GCEPP):

Disse que na questão do orçamento é correto fazer estas correções para ajustar a realidade e não ter rubricas abertas é que é complicado. Referiu que com o avançar do tempo o Executivo, com a reorganização que está a ser feita e a contabilidade de custos que irá ajudar no futuro, vai aproximar-se da realidade, mas isso é sinal que há projetos, que há candidaturas, e não o assusta ter um orçamento de trinta e sete milhões de euros e depois só ter trinta e quatro milhões de euros. Expressou que compreendia a preocupação do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, mas não é fácil, isto é contabilidade orçamental. Felicitou o município por corrigir isso, é sempre mais importante comparar o relatório de gestão com o mesmo método.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que não há nenhuma contradição entre o que foi dito pelo próprio e pelo senhor Deputado Francisco Lourenço, aliás, o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) é claro sobre isso, diz quais são as regras e os critérios para a execução, acima de tudo, para a realização do orçamento, portanto, aquilo que disse enquadra-se completamente nas regras do SNC-AP que, para os Municípios, +e muito mais difícil de fazer do que para as Juntas de Freguesia.

Deliberação n.º 45/2022: Submetida a proposta da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, por maioria, com vinte e três (23) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), pelo Partido Social Democrata (7), pelo Partido Socialista (6) e pela Coligação Democrática Unitária (3), e uma abstenção do membro eleito pelo Chega (1), aprovar a Alteração Modificativa ao Orçamento da Receita e da Despesa, ao Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2022 (Modificação 25).

A senhora Anabela Correia Dias (PS) não esteve presente na sala durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.31)

6) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ESTRUTURA ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE PENICHE E REGULAMENTO DE ORGANIZAÇÃO DOS SERVIÇOS:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sexto ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCDEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião extraordinária realizada no dia 29 de novembro de 2022.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse que é referido que a estrutura nuclear do serviço é composta por uma Direção Municipal, cujo nome dado é Direção Municipal de Desenvolvimento e Governança, que não se encontra no organograma, por outro lado vê que a Direção, no Anexo A, artigo sétimo, modelo da estrutura orgânica, no ponto seis diz o seguinte: «O Município de Peniche estrutura-se em torno das seguintes unidades orgânicas: Nuclear, que é a Direção Municipal de Desenvolvimento e Governança, diretamente na dependência do Presidente da Câmara e flexíveis.», portanto, o que diz é que diretamente na dependência do Presidente da Câmara está a Direção Municipal de Desenvolvimento e Governança, Divisão de Administração e Finanças, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, Divisão de Obras Municipais, Divisão de Ambiente, Divisão de Associativismo, Cultura, Desporto, Juventude e Turismo, e a Divisão de Educação, depois, no número sete: «Na dependência direta hierárquica do Presidente da Câmara são constituídos os seguintes gabinetes: Gabinete de Apoio à Presidência, Berlenga, Proteção Animal e Serviço Municipal de Proteção Civil.», no número oito diz: «Na dependência direta da Unidade Orgânica Nuclear, que é a Direção Municipal de Desenvolvimento e Governança encontram-se os seguintes gabinetes:

Gabinete de Governança, Gabinete de Desenvolvimento e Apoio às Empresas, Gabinete de Comunicação, Divisão de Administração e Finanças, Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, Divisão de Obras Municipais.» Perguntou o que está na dependência direta do Presidente da Câmara e o que está na dependência direta do Diretor Municipal, porque há uma repetição.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCDEPP):

Disse que são os dois, um é responsável político por tudo, depois delega nos Vereadores, e depois dá competência ao Diretor Municipal. Referiu que o primeiro responsável é o Presidente da Câmara, o Diretor Municipal tem a competência de fazer a coordenação de todas as divisões e subdivisões ou setores que estão diretamente dependentes do Presidente da Câmara.

Carlos Miguel Amaral (PS):

Disse que a sua questão tinha que ver com a forma como está redigido o regulamento.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Disse que quem dirige a Câmara Municipal é o Presidente, os serviços, obviamente, têm uma cadeia, como foi referido, a cada uma das divisões e subdivisões, mas mais importante que isso é uma opção política, o senhor Presidente da Câmara entende que um Diretor Municipal é a figura chave no funcionamento da sua estrutura, no entanto, o mais importante é perceber que com este Diretor Municipal, que terá um salário igual ou superior ao Presidente da Câmara, quais são as implicações reais destas alterações em termos financeiros para a Câmara Municipal.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCDEPP):

Disse que pretendem voltar a apresentar uma proposta para o organograma, que tem que ver com alguns ajustamentos em termos de regulamento, porque querem que as Divisões comecem a funcionar para perceber se têm de criar algum Núcleo ou mais alguma Subunidade, até porque têm algumas dúvidas em relação à Área Social, se deveria ser uma Divisão ou não, mas não tem de ser já. Agradeceu as chamadas de atenção do senhor Deputado Carlos Miguel Amaral que serão tidas em conta e na próxima proposta ver se clarificam melhor esses pontos de vista.

Relativamente à questão do senhor Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador, referiu que seria mau se não tivessem pensado nas verbas para o Diretor ou Diretora Municipal e para as outras contratações que estão a fazer, nomeadamente novos técnicos. Acrescentou que todas as alterações e contratações estão previstas em termos de orçamento, que continua equilibrado.

Deliberação n.º 46/2022: Submetida a proposta (n.º 2605/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida no n.º 1 do artigo 25.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, publicado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como dos artigos 6.º a 11.º do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, por maioria, com doze (12) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7) e do Partido Socialista (5), onze (11) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7), pela Coligação Democrática Unitária (3) e pelo senhor

Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel, Pedro Barata (1), eleito pelo Partido Socialista, e um (1) voto contra, do membro eleito pelo Chega (1), aprovar que:

a) O Município mantenha um sistema estrutural misto, conforme previsto no artigo 7.º do Regulamento da Organização dos Serviços Municipais;

b) Seja criada uma estrutura nuclear de Direção Municipal, nos termos do artigo 10.º Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de outubro, na sua atual redação;

c) O número máximo de unidades orgânicas flexíveis seja fixado em 10, correspondentes a 6 divisões e 4 subunidades (direções intermédias de 3.º grau):

- Divisão de Administração e Finanças (DAF);
- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU);
- Divisão de Obras Municipais (DOM);
- Divisão de Ambiente (DA);
- Divisão de Associativismo, Cultura, Desporto, Juventude e Turismo (DACDJT);
- Divisão de Educação;
- Subunidade das Finanças;
- Subunidade Desenvolvimento Social;
- Subunidade de Obras Municipais;
- Subunidade de Gestão de Resíduos, Limpeza e Ambiente;

d) Mantenha os limites fixados para número máximo de subunidades orgânicas correspondentes a núcleo (direções intermédias de 4.º grau) em 11 e unidades flexíveis de 3.º grau ou inferior, designadas de Subunidades em 14. (Doc.32)

7) APRECIACÃO E VOTAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A QUARTA ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DO MUNICÍPIO DE PENICHE, PARA O ANO DE 2022:

Passando a Assembleia Municipal à apreciação do sétimo ponto da ordem do dia, usaram da palavra os senhores:

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCDEPP):

Fez a apresentação da proposta da Câmara Municipal, aprovada por maioria, em reunião extraordinária realizada no dia 29 de novembro de 2022.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Perguntou se poderiam confirmar que o número de trabalhadores da Câmara Municipal atualmente é de seiscentos e noventa e sete.

Questionou quantos trabalhadores estas alteração implicava.

Presidente da Câmara Municipal, Henrique Bertino (GCDEPP):

Disse que quando há concursos, nomeadamente para Chefes de Divisão e para Subunidades não podem dizer quantos trabalhadores é que representa, neste caso representará um, o Diretor Municipal, depois, Divisão de Ambiente - Chefe de Subunidade, Divisão de Ambiente - Encarregado Geral, está concurso aberto, mas espera que sejam trabalhadores do município, veterinária, assistentes operacionais são ajustamentos, os rácios estão mais ou menos controlados.

Disse que teria de confirmar internamente o número de trabalhadores, até porque nos concursos se ficarem pessoas de dentro teriam de prever os dois lugares.

Presidente da Junta de Freguesia da Serra d'El-Rei, Jorge Amador (CDU):

Agradeceu a informação e a explicação, mas gostaria que, quando o senhor Presidente da Câmara tivesse a confirmação do número de trabalhadores, enviasse por email.

Deliberação n.º 47/2022: Submetida a proposta (n.º 2606/2022) da Câmara Municipal a votação nominal, de braço no ar, a Assembleia Municipal de Peniche deliberou, no uso da competência estabelecida na alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, observando a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 209/2009, de 03 de setembro, por maioria, com catorze (14) votos a favor, dos membros eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche (7), do Partido Socialista (6) e do Chega (1), e dez (10) abstenções, dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata (7) e pela Coligação Democrática Unitária (3), aprovar a quarta alteração ao Mapa de Pessoal do Município de Peniche, para o ano de 2022, aprovado pela Assembleia Municipal na sua sessão ordinária de 28 de dezembro de 2021, e cujas alterações foram aprovadas pelas Deliberações n.º 61/2022, de 22 de abril, n.º 29/2022, de 14 de julho, e n.º 40/2022, de 30 de setembro de 2022. (Doc.33)

MARCAÇÃO DE NOVA REUNIÃO:

Deliberação n.º 48/2022: A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, que os trabalhos desta sessão prosseguirão no dia 15 de dezembro de dois mil e vinte e dois, com a realização de nova reunião, no Auditório do Edifício Cultural do Município de Peniche, sito na Rua dos Hermínios, na cidade, freguesia e concelho de Peniche, com início às vinte e uma horas, com dispensa de convocação escrita.

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 49/2022: Para efeitos de execução imediata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, submetida a votação a minuta da presente ata, constatou-se a sua aprovação, por unanimidade.

ENCERRAMENTO:

Sendo uma hora e sete minutos do dia sete de dezembro, o senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a primeira sessão ordinária, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Marina Viola*, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, subscrevo e com o senhor Presidente da Mesa assino.

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na sessão ordinária de abril da Assembleia Municipal, realizada no dia 28 de abril de 2023, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos

membros da Assembleia Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963.

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,

(assinado no original)

A Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças,

(assinado no original)
